



ATA N.º 24/XIII-2º/2021-25

1 - Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sitas na rua Dr. Pires de Castro, nº 12, em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;**
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 3 - Período da Ordem do Dia.**
 - 3.1 – Apresentação de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Almada;**
 - 3.2 – Eleição de Comissários para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;**
 - 3.3 – Apreciação e votação da “Proposta de Criação da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão”, por proposta do CDS-PP nos termos do nº 2, do artigo 46º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;**
 - 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Saída do Município de Almada da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal”;**
 - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifas e dos Preços a cobrar pelos SMAS em 2023”;**
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Tarifário de Resíduos Urbanos e Taxa de Gestão de Resíduos para o ano de 2023”;**
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS para o ano de 2023”;**
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023 da WEMOB”;**
 - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2023”;**
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de Derrama para o ano de 2023”;**
 - 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023”;**
 - 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação no IRS sobre os rendimentos no ano 2023”;**
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI para o ano de 2023”;**
 - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada”;**
 - 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano anual de atividades para 2023 – Provedor dos Animais do Município de Almada”;**
 - 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nova Estrutura Orgânica Nuclear e Flexível dos SMAS de Almada”;**



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de Parque de Estacionamento, em Cacilhas”;

3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão do uso privativo do Domínio Público Municipal para instalação e exploração publicitária de mobiliário urbano – Proposta de decisão de contratar de Concurso com publicidade internacional”;

3.19 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU) e Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); António Paulo Júnior (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas, António Abrantes Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves, Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, António Manuel Cardoso Pombeiro, António José Olaio da Silva, Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco; A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas:

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, substituído pela Senhora Vereadora Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues, ausência do senhor Vereador José Luís Riço Bucho de Matos, substituído por Mara Rita Silva Martins e da ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua, substituída por Jefferson Oliveira.

4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Conservação de Matas”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido;



4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Transpraia”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, foi respondido em 25/11/2022;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Clube Náutico de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informações relativas ao Festival O Sol da Caparica, em todos os seus termos e atuações”, enviado para a Câmara Municipal em 18/09/2022, foi respondido em 16/09/2022;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Documentação relativa ao processo do 2º Torrão”, enviado para a Câmara Municipal em 23/09/2022, foi respondido em 24/10/2022;

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o projeto do pombal contracetivo”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.7 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre terreno de Vale Flores”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, foi respondido em 25/11/2022;

4.3.8 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre a construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o Edital nº 70/2022 – Divisão de Fiscalização, Contraordenações e Execuções Fiscais”, enviado para a Câmara Municipal em 30/09/2022, ainda não foi respondido;

4.3.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Implementação da Carris Metropolitana no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 29/06/2022, foi respondido em 25/11/2022;

4.3.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Horários e percursos da Carris Metropolitana no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 05/07/2022, foi respondido em 25/11/2022;

4.3.12 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Reservas de água e medidas da autarquia para minimizar os impactos da seca no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 10/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.13 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Caderno de encargos e despesas com O Festival Sol da Caparica, edição 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 16/08/2022, foi respondido em 16/09/2022;

4.3.14 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Condições de segurança na Edição 2022, do Festival O Sol da Caparica”, enviado para a Câmara Municipal em 19/08/2022, foi respondido em 16/09/2022;

4.3.15 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Relatório de Segurança, Edição 2019, do Festival O Sol da Caparica”, enviado para a Câmara Municipal em 29/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.16 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) sobre “O 2º Torrão”, enviado para a Câmara Municipal em 21/09/2022, foi respondido em 24/10/2022.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 20/XIII-1º/2021-25 e 21/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Aurélio Monteiro, Fernando Monteiro, João Cão Duarte, Sebastião Tomás, Renata Camargo, Adriano Kunzingami, Tina Maria Vaz, Maria João Rita e Ricardo Alexandre Silva Dias.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Aurélio Monteiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui é precisamente dois processos de licenciamento, um que é o 293/2005, e o outro é o 390/2019. Um dos processos está pendurado no urbanismo para aprovação de umas alterações à estrutura há já uns oito meses. O outro 360/2019, está à espera de licença de utilização há ano e meio.

Eu queria perguntar ao Senhor Vereador do Urbanismo, quando é que isto acaba, quando é que eu consigo ter os documentos? É que isto está a prejudicar a vida de várias pessoas, não só a minha, mas minha também, porque financeiramente está a deixar-me asfixiado porque tenho escrituras para fazer e que não consigo fazer porque não tenho a licença de utilização, e pessoas que compraram as casas estão há ano e meio e querem fazer as escrituras, querem ver as suas vidas resolvidas e não conseguem. E penso que isto terá que ter um timing, a Câmara Municipal terá que ter um tempo para responder a estas questões. Era isso que eu solicitava do Senhor Vereador do Urbanismo.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe Fernando Monteiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É relativamente ao processo 645/92, trata-se da aprovação da licença de utilização que já está requerida desde meados de maio. Também não consigo fazer as escrituras, tenho os clientes para entrarem, está a haver problemas com os processos de empréstimos e eles não conseguem resolver.

Portanto, já lá vai muito tempo e eu precisava de saber concretamente quando é que eu poderei fazer essa escritura. Portanto, isto é uma empresa pequena, tem quatro trabalhadores, neste momento já estão no fundo de desemprego, não tenho condições de continuidade.

Para além deste processo tenho um outro de licenciamento de construção que entrou na Câmara Municipal no dia 15 de dezembro de 2021, até hoje também não consigo resolver o problema, ainda não tenho a arquitetura sequer aprovada. Não sei o que se passa. Desde o dia 17 de junho que eu meti as especialidades juntamente com uma peça que me pediram de uma alteração relativamente à ocupação e neste momento ainda não tive resposta nenhuma.”

5.1.3 – O Senhor Múncipe João Cão Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é João Duarte, trabalho na Canto do Curió, uma Associação Cultural, trabalho no 2º Torrão e o que me traz aqui hoje tem a ver com os casos de urgência social. Os casos de vulnerabilidade mais extrema no processo selvagem de desalojamento, de realojamento também, mas houve pessoas que foram desalojadas e é disso que quero falar.

Em seis dias houve a demolição de cerca de 80 casas e as pessoas que estavam em situação mais vulnerável não tiveram resposta. Ou seja, hoje temos aqui conosco o Senhor Sebastião Tomás também ira tomar palavra e outro individuo que eu não quero identificar. O que se passa é que a estas pessoas nem sequer lhes foi dada a



oportunidade de dar entrada no Porta de Entrada. A pergunta que eu coloco é o que é que acontece a estes casos? Que resposta é que existe? Porque é que não são reconhecidos? O que é que se passa?

Para além disso, só que queria também colocar a questão à Senhora Presidente da Câmara Municipal, porque é que na Reunião Ordinária de Câmara da semana passada, eu fiz uma referência a uma expressão que contextualizei, chamei de cidade colonial e a minha colega censurada, gostava de saber porque é que isso aconteceu.”

5.1.4 – O Senhor Município Sebastião Tomás:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Sebastião Tomás, vivo no 2º Torrão, vivia na zona de demolição, e hoje em dia me deixaram-me lá abandonado, sou uma pessoa que trabalhei no país, norte e sul, sou manobrador de máquinas industriais e sou doente, tenho duas operações na coluna devido a um acidente do trabalho, não vejo bem, tenho problema de audição, problema do coração e tenho andado no Centro de Acolhimento, no Centro de Dia da Trafaria, onde passo o dia, dão-me medicamentos, estou mal, estou a apanhando chuva e não consigo entender porque é que eles me exigiram que eu tinha de volta para o centro de acolhimento onde eu já andei uma vez, que me deram pontapé e um individuo que me tratou mal, disse que eu era escumalha, queria dar cabo de mim, que tinha vontade de matar um barrote queimado, eu disse que não sou otário, não faças isso, somos todos iguais, eu não lhe fiz mal, porque é que me trata assim.

Par além disso as condições para mim como eu estou nesta situação, não me podiam ter metido ali naquele sitio porque eu não conseguia dormir, chorava, a cama é cama da campanha como nós falamos na tropa e tínhamos uma sanita que é para vinte e oito pessoas e depois voltei a viver outras vez no 2º Torrão e assim que houve demolição sem eu perceber, meteram-me na rua até hoje. O Senhor João sabe, tem acompanhado. Eu tenho andado muito mal. Eu queria um quarto pelo menos para me deitar. A Santa Casa vai me buscar ao bairro, me deixam na rua, isso não é justo para uma pessoa humana. Eu trabalhei em toda a parte de Portugal, fiz o metro do Marquês do Pombal, o Largo do Rato em 1995, andei na autoestrada para a portagem de Sacavém para Vila Franca em 1992, alargamos terceira via fui trabalhar no Algarve na Infante Santos, em Albufeira, em Torres Vedras, em Caldas da Rainha, andei em Leiria, andei em Lisboa, andei aqui em Almada, trabalhei muito, não é digno uma pessoa estar a dormir na rua. Até os cães têm mais condições do que eu porquê?

5.1.5 – A Senhora Município Renata Camargo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Renata Camargo e trabalho na Associação Canto do Curió e na última reunião de Câmara eu tive a minha palavra cerceada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Como eu acredito que expor ideias não são ataques pessoais e que nós ainda vivemos numa democracia, eu venho aqui hoje para falar do que realmente interessa e do que não devia ter saído de pauta que é o realojamento do 2º Torrão.

A minha pergunta é: quanto tempo esse processo vai durar? Até quando essa situação vai permanecer? Na última reunião eu falei que as pessoas estavam num alojamento provisório de péssimas qualidades, essas pessoas continuam lá. O Senhor Sebastião vai dormir na rua esta noite outra vez, e esse processo que era urgente, continua demorando por muito, muito tempo. Além disso, a partir de 2025 há previsão de novas habitações e essas habitações devem servir alguns moradores do 2º Torrão. Um dos moradores na última reunião fez perguntou que tipo de garantia teriam depois do contrato do IHRU estiver encerrado, o que é que garante que essas pessoas vão ter acesso a essa habitação? Como vai funcionar esse programa? Essas pessoas querem respostas e as respostas devem sair desta casa e não as pessoas que vêm aqui intervir serem silenciadas.

Além disso, nós gostaríamos de saber que tipo de intervenção está a ser feita no Bairro, qual o futuro, quando vão sair aqueles entulhos, quando é que a vala vai ser limpa novamente, quando a cancela enferrujada que lá está vai ser retirada e quando o bem-estar de todas aquelas pessoas que viviam no 2º Torrão em algumas das casas da vala será garantido e que tipo de garantias essas pessoas têm depois de esse processo ser concluído? É isso que interessa. Isto não sobre mim, isto não é sobre pessoas, isto é, sobre politica, isto é, sobre problemas



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

estruturais. Então se a gente quer resolver problemas estruturais e não viver de assistencialismo, nós temos que falar sobre assuntos estruturais que duram mais de quinhentos anos de exploração e que são refletidos pela desigualdade que a gente encontra hoje no 2º Torrão em Almada.”

5.1.6 – O Senhor Município Adriano Kunzingami:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Adriano Kunzingami, sou morador no Bairro do 2º Torrão, moro na vala, até hoje continuo lá, mas já sabemos que fomos incluídos, pelo menos eu fui incluído no Programa Porta de Entrada, só que a minha questão é: se a coisa de um ano ou dois anos vieram com a situação de que o Bairro todo tinha que sair e recolheram informações sobre os nossos agregados familiares, sabiam que eu tenho dois filhos, então porque é que agora excluíram os meus filhos? Não consigo perceber. Fui aceite, foram pedidos documentos dos filhos, se eles estudavam, foram pedidos documentos de identificação deles e no final excluíram os meninos.

Em 2010, quando fui para o 2º Torrão, eu é que escolhi como local para os meus filhos crescerem. Portanto, a partir daquele momento não vejo qual é o momento em que alguém pode chegar e excluir os meus filhos do meu agregado familiar, dando-me um T1. Eu acho que o meu filho pelo menos desde que eu vivo no 2º Torrão, a minha casa é humilde, tem dois quartos, os meus filhos sempre tiveram o seu próprio espaço acho que isso é o mínimo. Mas quando recebemos a inscrição para a Porta de Entrada eu reparei nessa parte, que não mencionava os documentos de identificação dos meus filhos. Sabendo disso, eu próprio juntei a certidão de nascimento deles para a Câmara Municipal ter essa atenção porque eu tenho filhos.

A Senhora Presidente sabe muito bem, que eu aqui estou mesmo a lutar pela casa dos meus filhos, porque eu é que escolhi viver em Almada.

Depois há um 2º ponto na carta que diz que por causa do tal risco, que por mim na minha frente foi provocado pela maquina, nós vamos ficar no Campo de Ourique. Sabemos que tivemos lá moradores do 2º Torrão que estiveram lá em péssimas condições, mandam-me para um prédio que não tem elevador, sabendo da minha deficiência na perna, mandam-me sair fora do Concelho, longe dos meus filhos. A minha pergunta é: qual o objetivo disto tudo? Desde que começaram as demolições estou sem luz e sem água:”

5.1.7 – A Senhora Município Tina Maria Vaz:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estou aqui na qualidade de condómina e administradora do condomínio Portela 13. Venho aqui somente solicitar a vossas excelências e concretamente à Câmara Municipal de Almada, quais são os procedimentos que o condomínio e a administração do condomínio deve levar a cabo para que as ordens emitidas nos ofícios de 2010, 2016, e 2018, de regularização das ilegalidades que ali estão na cobertura do edifício, sejam efetivamente executadas? É que nós todos os anos temos ido lá, pelo menos mais do que uma vez. Portanto, existem estes ofícios com as ordens para da parte da fiscalização para que, aquilo seja regularizado. E aqui a questão não tem somente a ver com uma questão estética, neste momento está a comprometer muito seriamente, a segurança de todos os condóminos, porque a ventilação do edifício em caso de incêndio ou de libertação de gases tóxicos aquilo está tudo vedado. O prédio tem dez andares e a cobertura no 11º tem dois ateliês e os proprietários de uma forma regular fizeram ampliações, aquilo são ateliês estão a fazer dos ateliês habitação, a Câmara Municipal nos ofícios menciona isso, já mandou executar aos proprietários a repor, nós estamos vedados da área comum que nos pertence e qui a nossa preocupação tem a ver com a segurança porque não estamos a cumprir as normas de ventilação e nós temos pessoas idosas no prédio. Nós só precisamos que nos digam o que é que é necessário, nós, administração fazemos para que a Câmara Municipal faça cumprir executar as ordens que efetivamente emitiu?”



5.1.8 – A Senhora Múncipe Maria João Rita:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de começar a minha intervenção quero congratular a Câmara Municipal de Almada, na qualidade da nossa Presidente Inês de Medeiros, pelo facto de se associar à Associação Eletrão, no sentido de fazermos a recolha dos eletrodomésticos de grandes dimensões de porta a porta, aos nossos múnicipes e a mais valia que isso representa para o nosso Concelho, quer em termos ambientais, quer em termos de salubridade, sustentabilidade e mesmo pela imagem do nosso Concelho, para não termos esses objetos espalhados pelas vias públicas. Parabéns pela iniciativa.

A minha intervenção prende-se com a zona do Mercado do Levante. Quem vive no Feijó, vê a dificuldade que há de estacionamento na zona da António Elvas, do espaço industrial, e na realidade temos ali um grande terreno que está a ser usado para o mercado. A minha ideia era utilizarmos esse espaço para estacionamento. Depois os Vereadores poderão estudar o assunto, mas era muito útil pegar naquele espaço e criar estacionamento na Freguesia de Laranjeiro Feijó. Porque por exemplo, na rua António Elvas, é comum atendendo ao facto de haver inúmero comércio, fazerem segundas filas e o trânsito ficar ali muito condicionado.

Essa era minha proposta para a Câmara Municipal de Almada, o aproveitamento do espaço do Mercado do Levante sem prejudicar obviamente o mercado, para estacionamento para a nossa Freguesia e aligeirar um pouco aquele trânsito caótico que se forma quando as pessoas vão para todo aquele comércio ali da zona.”

5.1.9 – O Senhor Múncipe Ricardo Alexandre Dias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui é um assunto muito delicado, um assunto que não aconteceu ontem, isto já acontece há muitos anos, mas parece que, para esta Câmara Municipal que foi ontem, mas não foi verdade.

Aquilo que os moradores da Banática querem é soluções, mas soluções objetivas e não soluções que não têm sentido nenhum.

Ontem foi surreal aquilo que aconteceu na Banática, com a queda das pedras, a intervenção da Câmara Municipal foi de manhã, estas pessoas têm que sair todas daqui, não há condições para estas pessoas ficarem aqui, e à noite afinal o que está em risco são as pessoas que vivem junto à rocha.

Aquilo que eu pergunto: a avaliação é só uma ou são duas? Ou é uma avaliação no terreno e outra avaliação no gabinete?

Outra situação são as promessas que esta Câmara Municipal já fez naquele sitio, com a colocação das redes de proteção que nada foi feito e que parece que estão à espera que aconteça um desastre. Eu vou aqui mencionar o Porto Brandão, em que morreram pessoas e só depois de essas pessoas terem morrido é que tiveram uma ação e acho que isso não é aquilo que nós queremos. Eu peço a esta Câmara Municipal que intervenha naquele no sentido de proteger as pessoas. As pessoas que estão ali não querem casas, não querem que a Câmara Municipal dê casas, as pessoas gostam de morar ali, aquele é o canto onde elas criaram as suas raízes e criaram os seus filhos, e é ali que elas querem continuar a viver, mas com segurança. E esta Câmara Municipal tem que garantir essa segurança. As pessoas não são números, não são orçamentos, são seres humanos que ali vivem e é a dignidade das pessoas que está ali.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente Inês de Medeiros e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me que agradeça a todos os múnicipes, as suas participações.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente aos Senhores Múncipes Aurélio Monteiro, Fernando Monteiro, relativamente a todos os processos que dizem respeito aos licenciamentos, eu estava a pedir informações aos serviços, o Senhor Vereador com responsabilidade hoje não pôde estar presente, eu tomei nota de todos os vossos processos, eu neste momento não estou em condições de vos dar uma resposta aqui, a não ser agradecer o alerta que nos dão. O número dos processos está devidamente aqui anotado, neste momento, de facto, não consigo dar uma resposta relativamente aos vossos processos. Estava a ver se conseguia obter alguma informação, como devem imaginar são assuntos muito particulares que são tratados diretamente com os serviços e que eu não vos consigo responder. Mas garanto, que uma resposta será enviada.

Relativamente ao Senhor João Cão Duarte. Eu não vou mais discutir, como deve imaginar, não concordo, acho absolutamente absurdo os qualificativos que os Senhores dão relativamente ao realojamento brutal, e sobretudo falarem do 2º Torrão como se fosse um sítio idílico para se viver sem risco nenhum e que não é verdade. O risco era há muito conhecido e já vamos falar da Banática, justamente está aqui um Senhor a dizer que isto já é conhecido há 10 ou 15 anos, não é porque o risco é conhecido e que nunca ninguém fez nada que nesta altura não era necessário fazer. E devo lhe dizer que é um alívio com o temporal que nós estamos a ter com as quedas de água, com as enxurradas de água, é um alívio saber que não temos 150 pessoas em construções sobre a vala. Os Senhores ao menos tenham hombridade de dizer que uma das grandes razões que vos motiva é que também ficaram sem sede, ao menos digam isso. Eu não estou a dizer que é a única, mas nunca tiveram a hombridade de o dizer. E já que estamos a falar verdade, falem a verdade às pessoas.

Portanto, a questão é muito clara. Os Senhores dizem-se representantes dos moradores do 2º Torrão, eu na segunda resposta já vou perguntar então o que é que andaram a fazer e já vou lá chegar.

Porque é eu não reagi às suas palavras? Olhe, se calhar porque não as percebi, porque convenci-me que se estava a referir-se ao Marquês do Pombal, não percebi que se estava a referir a mim, porque senão teria reagido exatamente da mesma maneira. Agora, voltei a ouvir a sua intervenção e pensei, realmente devo estar distraída, como eu não me considero o Marquês de Pombal, não reagi. Achei, o Marquês do Pombal lá saberá defender-se das qualificações do Senhor João Cão.

Relativamente ao Senhor Sebastião Tomás. Senhor Sebastião Tomás, eu vejo que por fim a Associação do Cúrio acordou para o seu caso, só que o Senhor Sebastião Tomás já é conhecido dos serviços por algo que acabou de dizer, sendo uma pessoa em situação de sem abrigo. E é unicamente por essa razão porque não apareceu, os serviços não tinham dados, porque tem inclusivamente uma familiar próxima sua que foi incluída no programa de realojamento e nunca o deu como morador, foi a única razão. Eu vejo bem que agora tem novos amigos, aliás, de repente acordaram para o interesse em relação ao seu caso. Portanto, eu vou me escusar de comentar esse interesse. Mas eu quero lhe dizer que aliás, as experiências difíceis que o Senhor Sebastião aqui viveu, contam bem que esteve num centro de acolhimento, que normalmente são as soluções e que nós muito temos feito para criar soluções para pessoas em situação de sem abrigo. O próprio Senhor Sebastião diz que vive na rua no 2º Torrão. Seja no 2º Torrão, seja em qualquer outro sítio, ninguém deve viver na rua em Almada, ninguém. E por isso criamos tantos programas de apoio que eram inexistentes, aqui ao lado, temos uma resposta para pessoas em situação de sem abrigo, a primeira de Almada aqui ao lado.

Portanto, Senhor Múncipe João Cão, não vale tudo. A única razão pela qual o Senhor não está incluído ou não foi incluído é porque pura e simplesmente os serviços não tinham dados sobre si. Mais nada. Ninguém é excluído, digam os seus novos amigos o que lhe disserem, eu tenho dito varias vezes "cuidado" às pessoas do 2º Torrão. Porque há de facto pessoas que não têm o mais pequeno pejo em lançar e alimentar o medo. Portanto, e sei o que estou a dizer. Eu volto a dizer, o Senhor Sebastião Tomás, não tem uma resposta porque nunca foi dado como residente, inclusivamente, eu penso que é a sua filha que lá vivia, penso.

Relativamente ao Senhor Múncipe Adriano. Senhor Adriano, eu vou ler a questão. O Senhor Múncipe Adriano foi declarado no levantamento de 2020, no entanto estando a construção em condições de elevada degradação, referiu que a mesma estaria em reconstrução na sequência de um incêndio. Depois, considerando que uma construção mantinha em junho de 2022, um elevado estado de degradação, não foi considerado no realojamento, porque em principio não morava ninguém. O Senhor Adriano veio cá, falou sobre isso, nós fomos



fazer a verificação. Na altura perante os serviços e perante mim, o próprio Senhor declarou que apenas se encontrava na construção e aqui mesmo acho eu, durante o fim de semana, e que durante a semana pernoitava em casa da sua mãe, onde aliás, recebia as crianças. Não há nenhum tipo de julgamento sobre isso, não tem a guarda das crianças, nunca foi dado como agregado que tivesse duas crianças o que não minimiza o seu direito de ter as crianças e falar com elas. Eu só estou a repetir aquilo que só as suas palavras, aquilo que foi dito aqui, que me foi dito a mim e que foi dito aos serviços. E por essa razão foi-lhe proposto de facto um T1. Porque são essas as condições que o senhor tem porque vive de facto sozinho. E porque a Câmara Municipal não tem casas, porque há muitas pessoas em Almada a precisarem de casa. Eu volto a dizer, as palavras do Senhor Adriano aqui, aos serviços e a mim própria, foi que durante a semana residia em casa da mãe e que ia ao fim de semana ao 2º Torrão e volto a dizer, nós temos que ter aqui critérios muito claros, muito transparentes e muito justos, porque infelizmente, não são apenas as pessoas do 2º Torrão que precisam de casa em Almada. E volto a dizer, a política de habitação tem que se basear em critérios claros, sindicáveis, transparentes, mas sobretudo justos e que todos aqueles que aguardam habitação porque se inscreveram no Habit'Almada, reconheçam na Câmara Municipal um sentido mínimo de justiça. E, portanto, não. Não pode haver pedidos sucessivos para pessoas que moram no estrangeiro, e que recusam sucessivamente as casas, não pode haver. Não pode haver casas recusadas e recusadas porque não gostam ou da tipologia ou não gostam do sítio. Isto não pode acontecer, porque há muitas pessoas que precisam de casa. E se não gostam das casas então nós vamos ter que as entregar a outras pessoas, que estão à espera e que têm igualmente direito.

Quero responder naturalmente, ao Senhor Município Ricardo Alexandre Silva. Senhor Ricardo Alexandre, em primeiro lugar eu estive ontem na Banática e noutros espaços e quero dar nota e exprimir desde já toda a minha solidariedade e percebo muito bem a angústia e a preocupação dos moradores da Banática.

Eu como sempre qui em Almada já é habitual, nós começamos a tratar de um assunto e de repente surge que, 10 anos, há 15 anos, 20 anos, prometeram isto, prometeram aquilo. Eu volto a dizer, nestes momentos ainda por cima de intempéries nós temos que ter critérios, e não é muito diferente da questão do 2º Torrão. Há uma situação de risco, se há risco e as casas que as pessoas foram evacuar, foram aquelas que foram consideradas pela Proteção Civil como estando em risco. Desde a tempestade da passada quinta-feira, de imediato, no caso das arribas, porque nós temos estado a fazer a monitorização, chamamos a APA e a ARH e foram lá com especialistas ver a instabilidade e a perigosidade. E desde início temos estado a ter cuidado também ali por exemplo, no caso Porto Brandão. Vamos já avançar com um estudo mais pormenorizado e desde o início que cá chegamos estamos a trabalhar num plano de consolidação das arribas, como sabe há muitas, algumas são responsabilidade da Câmara Municipal, outras só da responsabilidade de privados, outras da responsabilidade da APL, outras são responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, estamos a falar de muitos milhões e, portanto, essas responsabilidades e esses processos têm de ser opostos em marcha. Neste momento, o que está a acontecer é uma situação de emergência. Havendo uma situação de risco, volto a dizer, não se pode correr o risco. Nós nunca conseguimos evitar o risco absoluto, mas o máximo que nós conseguimos.

Portanto, como veem, não aqui nenhuma atitude, nem de discriminação, nem de racismo, nem de colonialismo, nem de coisa nenhuma. Há uma atitude de prevenção, prevenção máxima. Eu conheço a comunidade da Banática e sei que as pessoas vivem lá há muito tempo, temos que garantir que as pessoas podem continuar a viver lá, embora muitas daquelas construções também estão em zona de alto risco."

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo à Senhora Município Maria João Rita, necessitarei falar pessoalmente com ela para recolher mais dados, porque do que vejo das notificações que me foram entregues em mão, trata-se de um processo muito antigo, um processo de 2009, de uso indevido de frações que constituem partes comuns do prédio. Ou seja, neste momento estão a ser utilizadas frações que são parte comum do prédio. Ora, as partes comuns do prédio competem aos condóminos e ao próprio condomínio. E, portanto, se há aqui alguma ilegalidade ou alguma irregularidade que deve ser suprida, compete ao condomínio fazer essa regularização. E se a Senhora é representante do condomínio, vem aqui dar-nos nota de algo que é da competência do condomínio. Portanto,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

este é o meu entendimento breve fazendo a leitura estrita dos documentos. Eu precisarei contextualizar este processo e já falarei com a Senhora.”

5.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha usou da palavra para uma interpelação à Mesa.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da parte da bancada do Bloco de Esquerda, não podemos deixar de deixar aqui um reparo à forma como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se dirigiu a um dos cidadãos aqui presentes.

Recordar, Senhor Presidente, que são pessoas que vivem numa situação dramática, vêm aqui pedir ajuda, vêm aqui expressar a sua angústia e é exatamente da pessoa do Senhor Presidente desta Assembleia Municipal que se espera uma melhor compreensão, um melhor bom senso, e nunca, nunca a forma como se dirigiu a este cidadão. Da parte do Bloco de Esquerda, o nosso protesto e nosso lamento.”

5.4 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para esclarecimento.

5.4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Entendo como Presidente da Assembleia Municipal que devo respeito a todos os munícipes, e esse respeito traduz-se numa primeira instância por tratar todos os Munícipes por igual. E sempre que os/as Senhores/as Munícipes não cumprem as normas que estão estabelecidas para o funcionamento da Assembleia Municipal, eu chamar-lhes-ei à atenção para isso.

No caso do Senhor Munícipe, subi um pouco o tom, porque o Senhor Munícipe não deu mostras de estar a ouvir o que eu estava a dizer. E, portanto, eu não podia cumprir o meu papel como Presidente da Assembleia senão falasse mais alto, mas sem do ponto de vista do conteúdo, mudar o que quer que fosse relativamente ao que devia fazer”.

5.5 – Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Karim Hassam Quintino (BE) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste período foram-nos trazidas aqui várias questões, mas há duas questões que nós gostaríamos de destacar. A primeira tem a ver com o 2º Torrão e a segunda com a Banática.

Relativamente ao 2º Torrão, nós gostaríamos aqui de fazer uma pergunta muito direta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que é a seguinte: desde de 1 de outubro deste ano, que sabemos que há uma intervenção na vala do 2º Torrão, que implica o desalojamento e o realojamento de mais de uma centena de pessoas. E sabemos, passados quase três meses, ainda há pessoas que não estão realojadas e ainda pessoas que estão realojadas em condições deficientes. A pergunta que fazemos à Senhora Presidente é: até quando, a Senhora Presidente pensa que nós iremos continuar a ser confrontados nesta Assembleia Municipal, com as situações como foram hoje aqui relatadas pelos cidadãos que aqui vieram colocar as suas questões?

Relativamente à Banática e à situação, que eu pessoalmente, hoje tive a oportunidade de verificar no terreno, que se vive e que é uma situação de risco, e que ninguém nega que é uma situação de risco e que se arrasta há longo tempo, a questão que nós aqui gostaríamos de deixar é a seguinte: é que o problema está a ocorrer hoje, e é preciso encontrar uma solução para o problema hoje. E, portanto, independentemente de todas as discussões que possam ser travadas em torno deste problema, é necessário que a Câmara Municipal mobilize efetivamente como aliás a Senhora Presidente aqui assumiu esta noite, assumida a responsabilidade por encontrar uma solução para aquilo que se está a passar neste momento na Banática.”



7

5.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, já que este foi um assunto abordado aqui no Período de Intervenção do Público, também não podemos deixar de expressar a nossa estupefação pela reação da Senhora Presidente na última reunião ordinária da Câmara Municipal de Almada, de dia 5 de dezembro, aquando da intervenção da cidadã Renata Camargo.

Senhora Presidente, suspender o direito democrático de uma cidadã por expressar uma opinião, ainda por cima quando essa opinião é baseada e fundamentada em factos científicos, em factos históricos, trabalhados e estudados há décadas no mundo académico, foi a nosso ver, uma decisão que foi contra os princípios mais básicos da nossa democracia.

A Senhora Presidente, também disse que se livrou da herança colonialista de Portugal, ainda bem que do seu lado isso aconteceu, mas isso não quer dizer que essa herança já desapareceu, aliás, muita gente neste país pensa diferente da Senhora Presidente, precisamente porque vive essa herança todos os dias na forma como são ostracizadas no seu dia a dia, no seu trabalho, numa ida ao café, na sua convivência social. E é por isso que do nosso lado pensamos diferente. Consideramos que reconhecer as continuidades coloniais patentes na sociedade portuguesa, na forma de um racismo institucionalizado, é fundamental para podermos desmontar a história única do colonizador benevolente. Para desmontarmos a ficção que nos contaram na escola, sobre o período glorioso dos descobrimentos. Sobre o luso-tropicalismo que nos foi impingido acerca desse período da história coletiva. Julgamos Senhora Presidente, que sem esse exercício, não vamos conseguir acabar com a pobreza e com a exclusão social, que tantas vezes recaem sobre pessoa afrodescendentes e outras minorias racializadas. Até porque a pobreza e exclusão social, são as manifestações mais evidentes do legado colonialista que Portugal infelizmente ainda carrega sobre si.

E, portanto, Senhora Presidente, queria apenas manifestar o desagrado do Bloco de Esquerda com este episódio e esperamos que o direito ao uso da palavra não seja suspenso mais nenhuma vez por uma razão que, como o disse, do nosso ponto de vista, não justificava essa suspensão.

Permita-me só Senhor Presidente fazer também uma pequena correção, à Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Canto do Cúrio não tem sede desde novembro de 2021. Portanto, queria só fazer este reparo.”

5.5.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve, para tentar esclarecer ao ponto da situação do 2º Torrão.

Dos 65 (sessenta e cinco) agregados considerados, 51 (cinquenta e um) foram enquadrados no protocolo da Porta de Entrada, correspondendo a 160 (cento e sessenta pessoas) e 53 (cinquenta e três) menores. Destes 51 (cinquenta e um) agregados enquadrados, 44 (quarenta e quatro) foram realojados, 3 (três) estão ainda a aguardar a chave para efetuar a mudança, 4 (quatro) já têm a casa mais ainda estão em procedimento de elaboração de contrato, 10 (dez) com casa identificada e reservada mais ainda a guardar a conclusão do processo burocrato. Das 9 (nove) construções que ainda lá estão, 6 (seis) agregados são incluídos ou estão por incluir, por ainda estarem em processo de providência cautelar, 1 (um) agregado ainda em análise e 2 (dois) agregados que foram considerados não ilegíveis. É este o resumo mais pequeno que posso dar.

Agradecendo desde já ao PSD, aproveito para responder também no caso do Mercado do Levante, aliás, aqui já falamos com o Senhor Vereador Nuno Matias, as obras do Mercado do Levante aqui no Feijó, permitem que seja utilizado durante a semana como parque de estacionamento e mantendo ao fim de semana o Mercado do Levante.

No entanto, é importante que todos tenham a consciência que nesse sentido, chegando à sexta-feira de manhã, não pode lá estar um único veículo, sob pena de serem automaticamente rebocados, e há outros casos do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mercado do Levante que têm esta dupla funcionalidade. Ele foi preparado para esse efeito, mas não é um processo sempre pacífico no âmbito de um bairro onde justamente é bom ter a noção.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Carlos Alberto Almeida, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU);

6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Carlos Alberto Almeida faleceu no passado dia 22 de novembro.

Resistente antifascista, Carlos Alberto Almeida foi membro da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada, tendo integrado o grupo de 23 cidadãos e cidadãs, empossados em maio de 1974 em substituição da administração municipal fascista, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

A Comissão Democrática Administrativa/Poder Local Democrático Revolucionário assegurou a gestão municipal entre 16 de maio de 1974 e janeiro de 1977, data em que tomaram posse os primeiros órgãos eleitos do Poder Local Democrático consignados na Constituição da República Portuguesa.

Enquanto membro da Comissão Democrática Administrativa, Carlos Alberto Almeida participou ativamente no desenho, construção e tomada das primeiras decisões e medidas concretas, que contribuíram decisivamente para arrancar o Concelho de Almada do subdesenvolvimento herdado do fascismo, dando início a um processo de desenvolvimento e progresso que transformaria o Concelho de Almada num dos concelhos mais desenvolvidos do nosso país.

Carlos Alberto Almeida integrou igualmente a então criada Comissão de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e foi um dos responsáveis pela criação, em Março de 1975, do Gabinete de Apoio a Problemas Locais – GAPROL, que integrou técnicos da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, e cuja responsabilidade política ficou atribuída aos vereadores Carlos Alberto Almeida, Osvaldo Azinheira e Joaquim Rodrigues, atuando na dependência direta do Presidente da Comissão Democrática Administrativa, Fernando Proença de Almeida.

No quadro desta estrutura municipal, Carlos Alberto Almeida participou ativamente na coordenação do apoio do Município ao trabalho e intervenção das mais de 70 Comissões de Moradores, que sob o lema "do nada se faz tudo e tudo que é o todo ao Povo se entrega", se constituíram na sequência da Revolução de Abril para responder aos anseios e aspirações das populações, e começar a resolver os imensos problemas que então se registavam no Concelho de Almada.

Foi autarca eleito pela CDU, em representação do seu Partido de sempre, o Partido Comunista Português, na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica no mandato 1986-1990.

Foi Associativista de Mérito e muito atento aos problemas do Movimento Associativo Popular, tendo assumido ao longo de diversos mandatos, o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Associação "Amigos do Atletismo de Charneca da Caparica", presidente do Conselho Fiscal da Comissão Unitária de Reformados e Pensionistas dos Idosos da Charneca (CURPIC), entre outras atividades desenvolvidas no Movimento Associativo Almadense.

A Assembleia Municipal de Almada delibera expressar os mais sentidos votos de condolências pelo falecimento do insigne cidadão Charnequense e Almadense Carlos Alberto Almeida, dirigindo à sua Família, em especial aos seus filhos, a todos os seus muitos amigos, aos autarcas que com ele partilharam o exercício de responsabilidades de gestão no Poder Local Democrático, e ao seu Partido comunista Português, a mais profunda solidariedade e amizade no momento em que parte o Homem Bom que foi, e é, Carlos Alberto Almeida, restando connosco a memória do seu inestimável contributo para o bem comum.”



6.1.2 – Voto de Pesar e Solidariedade, Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Carla Oliveira, 45 anos. Mãe de dois. Na noite de 30 de setembro foi assassinada pelo ex-marido, que não aceitou o divórcio e o facto dela ter saído de casa, baleando-a. Carla é a 23.ª vítima de violência doméstica de 2022.

Todos os anos o Dia Internacional pela eliminação da violência das mulheres mobiliza a luta feminista para denunciar o maior problema de segurança em Portugal: a violência machista.

A violência contra as mulheres decorre do machismo e da sociedade patriarcal, do preconceito contra as mulheres, mas há também um problema de políticas públicas, de uma estrutura judicial que não está preparada para lidar com este problema com a capacidade que devia ter.

Um exemplo são as secções especializadas para a violência doméstica, que integram polícia, Ministério Público, as secções judiciais ligadas com a família e menores e que existem hoje em projeto piloto apenas em cinco secções regionais, mas funcionam com metade dos funcionários judiciais que deveriam ter. Perante o crime de violência de género, estas secções especializadas seriam uma grande ajuda, mas o Governo não tem investido nelas.

É preciso priorizar o combate à violência doméstica, e para tal têm-se de dotar financiamento com recursos humanos às instituições que têm responsabilidade de fazer este combate e trazer justiça.

Quanto às formas de combater a violência de género, por um lado é preciso combater a impunidade, a começar pelos tribunais que muitas vezes passam esta ideia de impunidade porque desvalorizam a vítima e desculpabilizam o agressor. Por outro lado, apostar na prevenção. A educação para a igualdade é essencial, os números da violência do namoro são assustadores. Os jovens estão a naturalizar formas de violência - que podem não ser violência física, mas outras formas de violência nas relações - que têm a ver com a subjugação das raparigas nas relações e que mais tarde leva a situações de violência de género.

As mulheres não são vítimas de violência doméstica porque são mais frágeis do que os homens. Elas são vítimas de violência doméstica porque em algum lugar há um homem que acha que tem o direito de posse sobre essa mulher e faz refletir de forma violenta esse preconceito. Enquanto não acabarmos com esse preconceito, não acabamos com essa violência.

Desde 2004 mais de 600 mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros ou ex-companheiros, em Portugal. Não são apenas números, são vidas destruídas, são nomes, são famílias, são crianças, são ruas, são lugares. Não é contra uma, é contra todas nós. O problema não é daquelas mulheres em concreto, é do que está mal na nossa sociedade e nas nossas instituições que permitiu que elas fossem assassinadas, que todas elas fossem assassinadas.

A violência contra as mulheres não existe só quando uma mulher é assassinada. É o assédio no espaço público, o colega de trabalho que te levanta a voz, o companheiro que acha que deve controlar o que vestes, o ex-namorado que divulga na internet as tuas fotografias íntimas, a discussão que acabou com um estalo. Os exemplos constituem uma lista infinita. O assassinato de uma mulher é o pico da violência machista. É o homem a usar a sua força para tirar a vida a alguém com quem, muitas vezes, partilhou amor e afetos. Desprezarmos os sinais de subordinação é sermos cúmplices da impunidade. Normalizar o apalpaço, o assédio sexual, a palavra alta, a foto íntima partilhada, a pisadura no braço e o ciúme, é compactuar com uma sociedade em que as mulheres não são donas do seu próprio corpo e das suas próprias vidas, como se fossem sempre propriedade de alguém.

A violência nas relações de intimidade não se fica apenas pelos atos de violência física que geralmente associamos à violência doméstica. Gestos de violência ou controlo psicológico, sexual ou social também são uma forma de violência e mais comuns em contextos de namoro.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Tal como na violência doméstica e sexual, as mulheres e raparigas são as principais vítimas.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. A Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 327 pessoas trans assassinadas este ano, 95% das quais do género feminino, 36% das trans assassinadas na Europa eram imigrantes.

Em 2021, a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal (26 520 queixas), representando 28,9% de todos os crimes contra pessoas praticados em Portugal.

Em 2022 os números continuam a ser alarmantes:

29 mulheres assassinadas.

23 em situação de intimidade.

13 foram mortas pelos companheiros atuais, 10 estavam separadas do seu agressor. Em 55% dos casos já era conhecida violência prévia.

Uma tinha botão de pânico, mas não teve tempo de acioná-lo.

A mais nova tinha 27 anos, a mais velha 74.

13 tinham filhos. Em quatro destas situações de violência doméstica fatal, as crianças presenciaram o crime.

Já são mais 6 feminicídios em Portugal do que em 2021.

A violência contra a mulher é quotidiana - tal como a nossa luta. Exigimos respostas imediatas a todas as vítimas de violência doméstica: afastar o agressor e não a vítima, reforçar o apoio durante os processos judiciais, criar júzós especializados para estes crimes. Quando uma mulher é agredida pelo companheiro, toda a sociedade é violentada. Repetimos quantas vezes necessárias: NEM UMA MENOS!

A assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2022 delibera:

1. Fazer um minuto de silêncio pelas vítimas da violência machista;
2. Saudar o Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres;
3. Reforçar os mecanismos de prevenção da violência doméstica, promovendo o debate popular e a normalização dos direitos das mulheres.

6.1.3 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.1.3.1 – O voto de pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Almeida, foi aprovado por unanimidade.

6.1.3.2 – O voto de pesar e solidariedade, Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, foi aprovado por unanimidade.

6.1.4 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.1.5 – Usou ainda da palavra para um agradecimento o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS).

6.1.5.1 – O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para um agradecimento que venho aqui fazer, focando-me na Freguesia da Costa da Caparica, e começando por sublinhar, homenagear e agradecer todos aqueles que se dedicaram à intempérie dos últimos dias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1/k

Para aqueles que abraçam a sua missão para salvar outras vidas todos os dias são dias de luta, de dedicação e de amor ao próximo. A qualquer hora do dia ou da noite, homens e mulheres são chamados a cumprir o seu dever e esse é o verdadeiro espírito de entrega e sinónimo da mais profunda solidariedade para com o nosso semelhante.

Torno assim público o meu agradecimento a todo o Corpo de Bombeiros Voluntários de Cacilhas ou dos Bombeiros em todo o país, mas de Cacilhas que atuaram na minha Freguesia, à Proteção Civil de Almada e ao Posto Territorial da GNR da Costa da Caparica, pelo desempenho, abnegação, em prole dos cidadãos sublinhando o passado dia 7 e dia 13. A este agradecimento acrescento também os funcionários da Junta de Freguesia que incansavelmente se dedicaram 24H sobre 24H, até dia 13 deste mês de dezembro, encontrando-se mobilizados devido ao alerta laranja.

Estas várias equipas deram uma resposta eximia no passado dia 7, onde foi necessário retirar oito pessoas das suas habitações, sendo seis colocadas em casa dos seus familiares, e amigos e duas destas foram encaminhadas para a Linha 144, assim como foram resgatadas outras quarenta e sete em automóveis em vias inundadas.

O mesmo aconteceu no dia 13 devido ao deslizamento de massas na arriba fóssil da Costa da Caparica, foram aconselhadas a sair das suas habitações oito pessoas. Além destas intervenções durante estes dias, foi também retirada água de várias tipologias de habitação, garagens e casas comerciais e realizados cortes de árvores por toda a Freguesia.

Termino, enaltecendo mais uma vez, todos os benfeitores que fizeram a diferença. A todos e para todos um obrigado por toda a competência, profissionalismo, conhecimento, experiência e acima de tudo estreita empatia e simpatia para com a população conseguindo transmitir no meio do caos a esta segurança e apoio. Um grande obrigado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, à Proteção Civil de Almada e ao Posto Territorial da GNR da Costa da Caparica.”

6.2 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação de Reservatórios de Águas Pluviais em Escolas e espaços públicos.

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. As águas pluviais são as águas resultantes da precipitação atmosférica;
2. As águas pluviais são a principal fonte de água doce e potável, se devidamente tratada, concentrada em albufeiras, grandes ou pequenas;
3. As águas pluviais são essenciais para a vida do Planeta, para todos os ecossistemas e, assim, para todos os seres vivos;
4. As alterações climáticas ditam as adaptações que os seres humanos têm de fazer nas suas sociedades a fim de preservarem a água que advém das chuvas;
5. As águas pluviais podem ser devidamente aproveitadas nos centros urbanos, como fonte de água não potável, para múltiplos fins;
6. As águas pluviais podem ser (re)utilizadas para lavagem de ruas e estradas municipais, para rega de Jardins municipais, de hortas escolares, para descargas de água nas Instalações Sanitárias Sociais - sanitas - das escolas;
7. O investimento é extremamente reduzido face aos benefícios que daí advém, nomeadamente, na redução de consumo de água potável/tratada, – com custos elevados -, em todas as Instalações Sanitárias Sociais, nas lavagens de ruas, calçadas, estradas Municipais, nas regas dos Jardins e hortas;
8. O aproveitamento das águas pluviais é uma medida ecológica, amiga do ambiente, constituindo uma enorme poupança das reservas de água que integram os lençóis freáticos existentes no subsolo;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

9. Os aproveitamentos das águas pluviais preservam os bons níveis dos lençóis freáticos, constituindo estes uma reserva normal de água para os seres humanos;

10. O aproveitamento destas águas provenientes das chuvas, evita o desperdício de energia na captação da água já por si dispendiosa e evita que água devidamente tratada, logo potável, seja usada para fins de regas, limpeza de ruas, instalações sanitárias sociais, lavagens de contentores, entre outras utilizações;

11. O enorme aproveitamento das águas pluviais vai permitir que cisternas sejam cheias com estas águas para servirem no combate aos incêndios;

12. Estas cisternas serão colocadas em locais estratégicos de matas e florestas, como fonte alimentadora dos carros de combate a incêndios, permitindo aos carros-cisterna um abastecimento sem sair do local onde está a ocorrer o incêndio;

13. Estas cisternas servirão como primeira linha de ataque a incêndios, por equipas de Intervenção e combate rápido, as quais terão este apoio no local, podendo fazer a diferença imediata;

14. Os estudos de implementação e implantação de tais cisternas são relativamente fáceis de elaborar e de efetivar;

15. As obras globais são diminutas e importam o dispêndio de pequenas verbas;

16. Os benefícios para a sociedade civil são enormes, nomeadamente, poupança na captação da água dos lençóis freáticos, tratamento de água para se tornar potável, poupança de água potável para as mais diversas utilidades aqui expostas e ainda a preservação dos lençóis freáticos como uma das primeiras linhas das reservas de água no subsolo;

17. A água potável é fundamental para os seres humanos, há que a preservar apenas e tão-somente para uso humano, aproveitando as águas pluviais para todos os outros fins aqui descritos;

18. As Escolas têm variáveis de Discentes, logo com diferentes necessidades em termos de consumo de água, é assim necessário dimensionar os reservatórios de água ao real consumo;

19. A medida a ser implementada e implantada será uma forma de educar os seres humanos, em preservar o que lhes é essencial, cumprindo o disposto no Regulamento do Parlamento e do Conselho europeu, alertando-os para o facto da água potável ser a cada dia que passa um recurso mais escasso devido às alterações climáticas. Tendo em conta todos os Considerandos contidos na presente Recomendação, o Grupo Municipal do Partido CHEGA, através do Deputado Municipal Nuno Mendes, recomenda que:

a. Sejam implementadas e implantadas em todas as Escolas do Município os devidos e dimensionados reservatórios de água Potável;

b. Em múltiplos espaços públicos sejam implementados e implantados Reservatórios de água pluvial;

c. Nas matas e nas florestas sejam colocados estrategicamente reservatórios de água de proveniência das chuvas;

d. Seja realizada uma forte Sensibilização aos Municípes, como forma de os motivar a poupar água potável e a usarem águas pluviais.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação de Painéis Solares em todas as Escolas do Município de Almada.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. Os painéis solares fotovoltaicos produzem energia gratuita, limpa e renovável;

2. Os painéis solares reduzem substancialmente a pegada ecológica através da diminuição da emissão de carbono para a atmosfera;

3. A energia produzida na rede nacional é maioritariamente proveniente dos combustíveis fósseis, sendo que estes produzem gases para a atmosfera, contribuindo assim para o denominado efeito de estufa;

4. Os painéis solares diminuem substancialmente a fatura de eletricidade durante todo o ano, sem exceção;

5. Os painéis solares não poluem, têm uma necessidade mínima de manutenção, são silenciosos, são facilmente instalados;

6. Ao gerar-se a própria energia, deixa-se de recorrer à energia disponível na rede nacional;



7. A produção de energia nas Escolas pode equilibrar os orçamentos das mesmas, uma vez que os consumos são elevados –devido à iluminação e ao aquecimento de espaços - e assim altamente dispendiosos;
8. Portugal oferece excelentes condições meteorológicas, com bons dias de sol na maior parte do ano, cerca de 300 (trezentos) dias de sol;
9. Portugal tem dias mais curtos e cinzentos nos meses de outono e inverno, mas a produção de energia far-se-á do mesmo modo, apenas baixando a sua produção em cerca de 30%, face ao Verão;
10. A produção de energia solar é 100% energia Verde, que se pode armazenar e a existir excedente esta pode ser vendida para a rede nacional;
11. Combater o frio dentro das Escolas, queixas na maioria das Escolas do Município, é um dos grandes desafios que se trava durante o outono e inverno;
12. Com a existência de painéis escolares, há a possibilidade de ligar aquecedores e/ou ar condicionado, sem que haja um aumento significativo da fatura de energia;
13. Os painéis solares podem ter a vertente de aquecer as águas utilizadas nos duches, após exercício físico, e nas cozinhas/refeitórios das escolas;
14. Os painéis solares têm um tempo útil de vida, sendo este estimado em cerca de 25 (vinte e cinco) anos, obrigando a pequenas manutenções, de tempos a tempos, consistindo, essencialmente, na limpeza dos mesmos e na certificação de que não há obstáculos à sua frente e em seu redor;
15. O frio, em geral, pode até melhorar a performance dos painéis solares, uma vez que a tecnologia fotovoltaica é mais eficaz na conversão em energia quando estão mais frios;
16. Os painéis solares podem ter como acessórias baterias que reforçam a autonomia das Escolas face à rede nacional de energia;
17. Estas baterias podem ser utilizadas, quando necessário, como fonte de alimentação da Iluminação noturna, do interior e do exterior escolar, dando assim mais visibilidade e mais segurança ao referido espaço;
18. Esta energia gerada nos meses mais quentes do ano e com maior exposição solar, é armazenada em baterias que, posteriormente, poderão ser usadas no Inverno, em dias em que haja necessidade de aquecer salas e os espaços comuns dos Discentes e dos Docentes;
19. o investimento em painéis solares e o possuir baterias ligadas a estes, permite diminuir a dependência da rede pública e retira obrigatoriedade de concentrar consumos durante o dia, o que pode ser especialmente útil no Inverno, já que o consumo de eletricidade é superior e o número de horas com luz é menor;
20. Fica claro que o uso de baterias é uma excelente opção para uma qualquer altura do ano;
21. A Comissão Europeia reconhece a importância de um Plano de Ação para a Eficácia Energética, em todos os Países da Comunidade Europeia, traduzido no Ordenamento Jurídico Português, através do PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficácia Energética e do Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER);
22. O Fundo de Eficiência Energética (FEE), em concordância com o Decreto-Lei n.º 50/2012, incorpora um elemento financeiro com a capacidade de financiar programas e medidas estipuladas no PNAEE;
23. ECO.AP 2030 aposta na eficiência de recursos, na descarbonização e nas energias renováveis pelo Estado;
24. Foi publicada, a 24 de novembro de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, que vem aprovar o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030;
25. com este Programa o Estado coloca-se na linha da frente, como modelo na adoção de medidas de melhoria de eficiência energética, e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas que contribuam para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado;
26. O ECO.AP 2030 é, de facto, um programa mais ambicioso que o anterior, apresentando medidas para a redução dos consumos de energia, água e materiais, e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas, incluindo infraestruturas de mobilidade elétrica, e à capacidade de produção de energia e soluções de armazenamento de energia, sob gestão ou utilização pelas entidades;
27. Até 2030, o Estado tem de cumprir um conjunto de metas, nomeadamente:
 - a) reduzir em 40% os consumos de energia primária;
 - b) contribuir para que 10% do consumo de energia seja assegurado por soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
 - c) reduzir em 20% o consumo de água;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

d) reduzir materiais em 20%;

e) alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica dos edifícios abrangidos pelo ECO.AP (ou seja, das Entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos).

28. As Escolas do Município recebem os seus Discentes diariamente, obrigando a um uso de energia substancial, sob a forma de energia elétrica;

29. Uma enorme parte do orçamento escolar é encaminhado para o pagamento da energia consumida e da água gasta nos mais diversos fins;

30. Este Município pode ser pioneiro na aplicação de painéis solares em todas as escolas do Município;

Assim, o Grupo Municipal do Partido Chega, tendo em apreço os supra Considerandos e a importância do tema Painéis Solares, recomenda ao Executivo Camarário que:

a) implemente e implante em todas as Escolas do Município os devidos e necessários painéis solares, devidamente dimensionados a cada caso concreto no contexto escolar;

b) cumpra as disposições legais estabelecidas em matéria de Energias Renováveis e no Plano de Ação para a Eficácia Energética;

c) elabore um levantamento das necessidades energéticas de cada Escola do Município;

d) que concorra ao Fundo de Eficiência Energética (FEE), como fonte de financiamento;

e) abra concurso para aquisição de painéis solares, através de um criterioso Caderno de Encargos;

f) realize a Obra necessária no mais curto espaço de tempo, a fim dos discentes das várias Escolas do Município terem melhores condições nas Instalações Escolares.

g) seja revisto o orçamento de maneira que esta verba seja enquadrada e averbada no mesmo.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) para apresentar um Voto de Louvor às Forças de Segurança.

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega é um acérrimo defensor das Forças de Segurança de Portugal.

As Forças de Segurança são organizações que têm por missão proteger e garantir a Lei, a Ordem e a Segurança Pública, num Estado de Direito, numa Nação democrática.

Existem para garantir o cumprimento dos Direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, salvaguardam as Liberdades dos Cidadãos, colocando-se na linha da frente para enfrentar os criminosos.

As Forças de Segurança fazem parte integrante do Estado e existem para que a Sociedade Civil, e cada seu Cidadão, possa viver livremente a sua vida, gozando os Direitos que lhe são legalmente atribuídos.

Os portugueses têm assistido a uma incessante campanha contra as Forças de Segurança, num perfeito desrespeito por estas, denegrindo e humilhando todos os seus Agentes e Guardas, numa perseguição nunca vista em Portugal.

Os portugueses têm constatado que estas campanhas anti Forças de Segurança são concertadas e manipuladas por Jornalistas pertencentes à esquerda radical.

O Grupo Municipal do Partido Chega entende que todas as Forças de Segurança têm obrigatoriamente de ser respeitadas e que estas campanhas de desinformação e de humilhação, têm de terminar desde já.

É altura de o Estado olhar para todos os profissionais das Forças de Segurança e atribuir-lhes força e dignidade, as quais têm sido perdidas ao longo destes últimos vinte anos por influência de uma minoria pertencente a uma esquerda radical.

O Grupo Municipal do Partido Chega está, e estará, sempre do lado das Forças de Segurança, sendo certo o apoio incondicional a todos estes profissionais que tudo fazem, mesmo com o sacrifício da sua própria vida, para que todos os Cidadãos tenham paz e segurança nas suas vidas.

Face ao último ataque, perpetrado e concertado por esta minoria da esquerda radical, que teve por intuito único denegrir as Forças de Segurança, tentando assim manipular a opinião pública.

O Grupo Municipal do Partido Chega vem propor a todos os Membros desta Assembleia Municipal que aceite e aprove este Voto de Louvor a todas as Forças de Segurança, e a todos os profissionais que delas fazem parte, como forma de reconhecimento e de respeito pelo seu árduo trabalho em prol dos Portugueses.”



71

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) para apresentar um Voto de Louvor ao Major-General Jaime Neves e aos militares que fizeram o 25 de novembro de 1975.

6.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Chega, propõe um Voto de Louvor ao Major-General Jaime Neves, e a todos os Militares dos Comandos que, com coragem, determinação e espírito patriótico, não permitiram que os radicais de extrema esquerda atingissem os seus intentos: implementarem um regime de extrema esquerda, através de uma ditadura encapotada.

O Grupo Municipal do Partido Chega de Almada, lembra assim estes Militares que, de uma forma organizada, impediram ações antidemocráticas, perpetradas por Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho, entre outros, que após a demissão do Marechal António de Spínola, a 30 de setembro de 1974, resolveram ilegalizar a quase totalidade dos Partidos de Direita, efetivando perseguições, prendendo e torturando os seus Militantes e simpatizantes.

Na continuação das suas ações antidemocráticas, no denominado “Verão quente”, a cúpula do Processo Revolucionário em Curso - PREC, mandou invadir propriedades agrícolas privadas, fábricas, habitações em todo o País, causando dor, constrangimento e aflição no Povo. Estas políticas dos radicais de esquerda deram azo a nacionalizações e à destruição do tecido empresarial português, seguido de instabilidade política e social.

O 25 de novembro de 1975 é uma data histórica a celebrar pelo Povo Português, pois foi a partir desta mesma data que se começou o verdadeiro caminho para a Democracia.

O Grupo Municipal do Partido Chega, apresenta esta sua Proposta de Louvor ao Major-General Jaime Neves e aos seus Militares, que de uma forma heroica se opuseram aos extremistas de esquerda, dando abertura à instauração da Democracia em Portugal.”

6.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) para apresentar uma Recomendação sobre a Criação do Conselho Municipal de proteção e bem-estar animal.

6.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A necessidade de proteção dos animais face a atos de crueldade, abandono e maus-tratos, tem vindo a recolher um consenso cada vez mais alargado da sociedade. Justifica-se, pois, um tratamento reforçado neste domínio, dando cumprimento ao compromisso do município para uma melhoria da política pública de bem-estar animal, mais eficaz e coerente com as melhores práticas.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais. As áreas a descentralizar compreendem, de acordo com o artigo 24.º da referida Lei, competências relativas ao setor da proteção e saúde animal. Trata-se de matérias em que a proximidade do órgão decisor à situação concreta permite a obtenção de ganhos de eficiência se a competência correspondente estiver confiada ao órgão autárquico.

Almada tem inúmeros problemas relacionados com a proteção e bem-estar animal, problemas muitas vezes complexos que necessitam da coordenação e colaboração de várias entidades para que se consigam resolver. A criação deste conselho permitirá um contacto mais regular entre os vários agentes, levando à criação de uma estratégia no que concerne o bem-estar animal.

O conselho municipal de proteção e bem-estar animal será uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, que visará promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre entidades que têm competências ou desenvolvem trabalho na área animal.

Os principais objetivos do conselho serão os de contribuir para a criação de uma estratégia de curto, médio e longo prazo na área do bem-estar animal em três vertentes: sensibilização, prevenção e atuação em relação a:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- animais errantes (matilhas e colónias);
- animais abandonados;
- animais vítimas de negligência ou maus-tratos;
- animais de famílias carenciadas;
- animais apoiados por associações ou cuidadores;
- animais silvestres e animais ditos de pecuária.

O conselho proposto irá assim contribuir na proteção e defesa dos animais, na realização de campanhas de sensibilização da população sobre a necessidade de proteção e adoção responsável de animais, na defesa de animais vulneráveis ou vítimas de abandono e na criação de uma estratégia local de bem-estar animal.

O conselho proposto deverá ser composto pelo vereador do pelouro de bem-estar animal, outros representantes políticos da assembleia municipal e juntas de freguesia, um representante do serviço veterinário municipal, o provedor dos animais, um elemento da PSP e da GNR, proteção civil, bombeiros e representante de associações e cuidadores locais de proteção animal.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 14, 15 e 20 de dezembro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação de um Conselho Municipal de proteção e bem-estar animal.”

6.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Marta Ferreira Cortez (PS) para apresentar uma Moção Saudação do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

6.2.6.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Ferreira Cortez (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência foi proclamado através de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 18 de dezembro de 1992 e é celebrado anualmente a 3 de dezembro. O seu objetivo é promover os direitos e bem-estar das pessoas com deficiência na sociedade e a sua participação nos vários domínios social, cultural, económico e político.

Este dia visa também sensibilizar para o cumprimento da «Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência» e para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no que concerne aos objetivos que, direta ou indiretamente, se relacionam com esta causa.

Portugal ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o respetivo Protocolo Adicional e tem vindo a adotar um quadro jurídico e um conjunto de políticas públicas que coloquem a pessoa com deficiência como sujeito de uma vida independente e com os direitos a ela inerentes. No entanto, subsistem diversos obstáculos no acesso a esses direitos, cujo desafio de combate importa tomar consciência neste dia.

Neste contexto, a ação dos Municípios deve concorrer de forma clara para a implementação de políticas públicas que promovam os direitos das Pessoas com Deficiência.

O município de Almada, através da Estratégia Local para a Deficiência, alinha-se declaradamente com o propósito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em conjunto com os parceiros locais que integram o Grupo Concelhio para a Deficiência, que em conjunto procuram implementar respostas que tornem o concelho de Almada um território cada vez mais inclusivo.

A Assembleia Municipal de Almada delibera saudar a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e reafirmar o seu compromisso pelo reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.”



6.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires da Silva (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação sobre Dia Internacional para a eliminação da violência contra as Mulheres.

6.2.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires da Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres é assinalado anualmente a 25 de novembro. Esta data foi instituída pela ONU.

O seu propósito é alertar para todos os tipos de violência que atingem as mulheres em todo o mundo.

A violência contra as mulheres manifesta-se numa pluralidade de formas: violência psicológica, violência física, violência sexual, violência no namoro, exploração no trabalho, exploração na prostituição, na pornografia, na gestação de substituição (as chamadas “barrigas de aluguer”) e tráfico humano.

Transversal a todas estas, reconhecemos uma violência estrutural, enraizada na exploração laboral, na pobreza e na exclusão social.

A precariedade laboral, os salários e pensões baixos, o empobrecimento generalizado, o dramático aumento da pobreza e da degradação das condições de vida e trabalho de milhões de mulheres, são fatores decisivos para o brutal aprofundamento das desigualdades e discriminações a que se encontram sujeitas enquanto mulheres, trabalhadoras, cidadãs e mães.

É este o contexto que impossibilita a sua necessária independência económica, o seu acesso a uma habitação condigna e a demais bens e serviços essenciais, potenciando o prolongamento da sujeição das mulheres a situações de violência.

São as mulheres em condições sociais e económicas mais precárias aquelas que se veem empurradas para a exploração na prostituição, pornografia e gestação de substituição, numa violação extrema dos seus direitos e dignidade humana.

O combate à violência contra as mulheres não pode, pois, existir desligado da intervenção nas causas económicas e sociais que se encontram na génese da exploração laboral das mulheres e das desigualdades e discriminações que sobre elas recaem nas várias facetas da sua vida.

O combate à violência contra as mulheres exige a concretização de uma rede pública, descentralizada e articulada entre serviços públicos, autarquias e entidades que intervêm na área da prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Só através da proximidade e contacto direto, envolvendo as escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais e forças de segurança, se garantirá a eficácia real de um acesso, em condições de igualdade, de todas as mulheres a informação, acompanhamento, sinalização e efetiva proteção.

Somente a concretização da igualdade no trabalho e na vida poderá garantir às mulheres o direito a um projeto de vida livre de violência.

A Assembleia Municipal de Almada delibera exortar os órgãos de soberania a tomar medidas concretas, de carácter urgente, de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:

1. Reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, dotando os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis no cumprimento do seu papel na prevenção e combate à violência sobre as mulheres, articulados numa rede pública de apoio descentralizada.
2. Cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica, reforçando o investimento público por forma a garantir a adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido, e reforço da proteção das mulheres, antes e depois da atribuição do estatuto de vítima.
3. Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas das práticas em questão e prevenir reincidências.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4. Adotar programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, implementados em proximidade com as mulheres, incluindo o acompanhamento contínuo, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional.
5. Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, e concretizando o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros.”

6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação Contra o racismo e a xenofobia.

6.2.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 8 de dezembro, no Clube Recreativo União Raposense (Monte de Caparica) numa iniciativa organizada pela Frente-Anti-Racista (FAR) foi exibido o documentário "Alcindo", baseado nos acontecimentos que levaram ao assassinato de Alcindo Monteiro. À exibição do documentário seguiu-se uma conversa com o realizador, Miguel Soares, que defendeu que “Alcindo Monteiro é uma história que não podemos esquecer nem perdoar”.

O Documentário relembra uma noite fatídica quando 10 cidadãos, em plena capital portuguesa, foram barbaramente espancados de forma gratuita, culminando com a morte de Alcindo Monteiro. Cidadãos, que apenas pela cor da sua pele, foram vítimas de ódio racial por vários elementos organizados da extrema-direita, em nome dos valores mais negativos que a história da Humanidade regista, como o escravagismo, o racismo, o nazismo e o fascismo.

Infelizmente, Alcindo Monteiro não foi um caso isolado. Outros atos de ódio racial são registados com demasiada frequência na sociedade portuguesa, fruto do crescimento de forças organizadas que perfilham ideologias e praticam atos associados à extrema-direita, e fruto também da projeção mediática conferida a estas organizações, abrindo caminho à instalação de um ambiente de incitação ao ódio racial e xenófobo no nosso país.

Considerando que a discriminação em razão da origem racial e étnica, cor da pele, nacionalidade, ascendência ou território de origem, atenta contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consagrados na Constituição da República Portuguesa, A Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 14 de dezembro de 2022, delibera:

1. Condenar a discriminação em razão da origem racial e étnica, cor da pele, nacionalidade, ascendência ou território de origem, bem como todas as outras formas de discriminação que atentem contra os princípios e valores humanistas consignados na Constituição da República Portuguesa.
2. Saudar a Frente-Anti-Racista pela iniciativa promovida na Freguesia da Caparica, assim como todas as iniciativas que denunciem os crimes de ódio racial e xenófobo em Portugal e no Mundo.”

6.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação em defesa da justiça no acesso de todos à água.

6.2.9.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu, na sua Resolução nº 64/292, que “o direito à água potável segura e limpa e ao saneamento constitui um direito humano essencial ao pleno gozo da vida e ao exercício de todos os direitos humanos; que a ausência de água é incompatível com a vida e que ambos os direitos são interdependentes e essenciais para uma vida digna; que não pode haver acesso sustentável e universal à água potável sem o funcionamento das cadeias de saneamento; e, ainda, que a água e os cursos de água também têm uma forte dimensão cultural, espiritual e religiosa decorrente do seu papel fundamental na vida da sociedade”.



O cumprimento deste direito humano só pode ser assegurado através da gestão pública da água, desde a sua captação à distribuição e ao saneamento de águas residuais, cabendo em primeiro lugar ao Estado, zelar para que este direito inalienável seja efetivo a nível nacional.

Mas é igualmente importante a valorização do papel do Poder Local Democrático saído do 25 de Abril de 1974, no respeito pleno pelas competências municipais, em particular no que se refere aos Serviços Urbanos da Água. A eventual privatização (seja pela forma de concessão de partes ou de todo o serviço, ou qualquer outra forma) destes sistemas, não apenas transforma em transacionável um bem essencial que é também um direito universal e inalienável de todos, como afasta as populações e o poder local da gestão democrática deste recurso indispensável à vida.

A Assembleia Municipal delibera:

1. Reafirmar o acesso à água potável e ao saneamento enquanto direitos humanos, complementares e inseparáveis e reafirmar que só a gestão pública da água e saneamento pode garantir efetivamente estes direitos.
2. Sublinhar que o acesso à água potável é indispensável para uma vida saudável, digna e produtiva e que é fundamental para o desenvolvimento da dignidade humana.
3. Salientar o facto de o direito à água constituir uma condição prévia fundamental para o exercício de outros direitos e, como tal, se dever nortear por uma lógica de interesse público e de bem comum e geral.
4. Reconhecer que o acesso adequado às instalações de água e saneamento e higiene, e o direito à saúde e à vida são mutuamente dependentes e constituem um pré-requisito essencial para a saúde pública e o desenvolvimento humano.
5. Salientar a necessidade de água potável no contexto das pandemias, apelando ao desenvolvimento de ações, estratégias e políticas adequadas por parte do Governo e da Autarquia, de modo a proporcionar proteção suficiente a todas as pessoas.
6. Reafirmar que o Estado deve garantir o acesso universal à água potável e à água para fins sanitários e higiénicos em quantidade e qualidade suficientes.
7. Sublinhar a importância do reconhecimento por parte da Câmara Municipal de Almada, de que o direito de acesso justo e equitativo de todos à água para consumo humano, implica que a gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento permaneçam na esfera pública, única forma de assegurar que são acessíveis a todos, independentemente da condição social e económica."

6.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação Palestina: 75 anos de promessas traídas. É tempo de dizer basta!

6.2.10.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Passam 75 anos obre a data de aprovação da Resolução 181 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que previa a partição do território da Palestina, então sob mandato britânico. Mas se logo em 1948 foi criado o Estado de Israel, nenhum Estado independente da Palestina viu até hoje a luz do dia!

A incapacidade da ONU em impor a concretização das inúmeras resoluções aprovadas ao longo dos últimos 75 anos, levou, talvez como ato de contrição, aquela organização internacional a declarar a data de 29 de novembro como "O Dia de Solidariedade com o Povo da Palestina", com o objetivo de sensibilizar a comunidade internacional para o direito à autodeterminação do povo palestino, à independência nacional, à soberania e ao retorno.

A Palestina é hoje reconhecida pela ONU como "estado observador não-membro" da organização, estatuto consagrado na Resolução 67/19 da Assembleia Geral da ONU, mas o Povo Palestino continua a ver adiado o seu legítimo direito a um País independente, soberano e o retorno de milhões de refugiados.

Diariamente o drama deste Povo é esquecido pela generalidade dos meios de comunicação e pela comunidade internacional.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O mundo assistiu mais uma vez, em outubro último, à escalada de violência e provocações levadas a cabo pelo Governo de Israel e por grupos de colonos israelitas armados, contra a população palestina.

Assistiu às incursões de grupos sionistas em torno da mesquita de Al-Aqsa, assim como às tentativas de expulsão das populações palestinianas de bairros de Jerusalém, nomeadamente o bairro de Sheikh Jarrah. Tais ações, visam tornar ainda mais difícil a construção do Estado Palestino como previsto nas relevantes resoluções da ONU.

A violência, repressão, perseguição e destruição indiscriminada de propriedade de palestinianos verificam-se em todo o território, assim como a expansão e construção de novos colonatos israelitas.

O Governo de Israel continua a recorrer à prisão administrativa de membros da resistência palestina, enquanto agrava o bloqueio a Gaza, território que vive uma das mais graves crises humanitárias em todo o mundo.

A impunidade da ação do Governo de Israel contra a Palestina e a sua população, a sistemática agressão e violação do Direito Internacional, só são possíveis com a conivência e apoio objetivo dos Estados Unidos da América e da União Europeia.

Face à dramática situação em que se encontra o Povo Palestino, a Assembleia que delibera:

1. Apelar ao Governo português que assuma, de acordo com os princípios da Constituição da República Portuguesa, uma posição clara de defesa e concretização do direito do povo palestino a um Estado independente, com as fronteiras existentes em 1967, com capital em Jerusalém Oriental e com a efetivação do direito ao retorno dos refugiados.
2. Apelar à solidariedade para com a luta heroica do povo palestino, pelos seus inalienáveis direitos nacionais, pela imediata libertação dos milhares de presos políticos palestinianos nas prisões israelitas, pelo fim do bloqueio à Faixa de Gaza e das provocações e violência contra o povo palestino, nomeadamente em Jerusalém."

6.2.11 – A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU) para apresentar uma Moção/Deliberação Pela abolição das portagens em Almada.

6.2.11.1 – A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Coelho (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em todo o país, do Minho ao Algarve, atravessamos todas as pontes sobre todos os rios, incluindo ligações internacionais, sem que tenhamos que pagar qualquer taxa de portagem. As duas exceções são a Ponte 25 de Abril e a Ponte Vasco da Gama, ambas situadas na Área Metropolitana de Lisboa e ligando as duas margens do estuário do Rio Tejo.

Uma destas pontes, a Ponte 25 de Abril, amarra a sua extremidade sul no Concelho de Almada, e constitui o único acesso rodoviário direto à Capital do País para todos os Almadenses.

Inaugurada em 1966, a infraestrutura está paga várias vezes pelos 56 anos de portagens cobradas para a sua travessia.

E estava já paga em 1994, quando o contrato de concessão à Lusoponte foi assinado entre o Governo do PSD de Cavaco Silva, representado no ato pelo então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng.º Joaquim Ferreira do Amaral (por acaso, ou talvez não, atual Presidente do Conselho de Administração da Lusoponte...), para exploração da travessia entre Almada e Lisboa por aquela empresa privada.

Nenhum cidadão pode entender a razão de tal decisão. Menos ainda pode entender que o Estado não tenha até agora adotado as necessárias medidas para reverter um negócio reconhecidamente ruinoso para o País e para os Portugueses, tanto mais que, nos termos do contrato de concessão celebrado, a manutenção infraestrutural de fundo da Ponte 25 de Abril nunca deixou de ser uma responsabilidade do Estado, logo paga por todos nós. Para a Lusoponte "sobram" apenas... os avultados lucros que todos os anos apresenta!

Mas os Almadenses não são apenas penalizados pelo pagamento de portagens na travessia do Tejo pela Ponte 25 de Abril!



A autoestrada A33, que liga a Freguesia da Caparica ao Concelho do Montijo, atravessando no território do Concelho de Almada também a Freguesia da Charneca de Caparica, impõe o pagamento de portagem na zona de Palhais/Queimada, o que significa que muitos milhares de residentes no Concelho de Almada, e na Freguesia da Charneca de Caparica em particular, são obrigados a pagar para circular no interior do próprio Concelho e Freguesia em que residem ou trabalham, numa situação que é seguramente inédita em todo o país.

É caso para dizer: para quem reside na Margem Sul, e em especial no concelho de Almada, todos os caminhos vão dar a uma portagem!

Face ao agravamento das condições de vida da maioria das famílias, o aumento das desigualdades, o brutal aumento dos bens essenciais, da energia, do gás, das rendas de casa, das taxas de juro da habitação, diminuição dos salários reais e pensões, impõe-se a adoção de medidas que contribuam, também na área da mobilidade, para aliviar a despesa das famílias.

A Assembleia Municipal de Almada delibera:

- 1 Exigir ao Governo do Partido Socialista que determine a eliminação do pagamento de portagens na Ponte 25 de Abril e na autoestrada A33, no troço que atravessa e serve os habitantes da Freguesia da Charneca de Caparica.
- 2 Recomendar à Câmara Municipal, e à maioria PS/PSD que governa o Concelho de Almada, que desenvolva as diligências e esforços necessários junto do Governo, no sentido da adoção desta medida no mais curto prazo possível.”

6.2.12 – O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU) para apresentar a Saudação à luta dos trabalhadores portugueses;

6.2.12.1 O Senhor Deputado Municipal António Paulo Júnior (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Portugal vive uma crise económica e social com um duro impacto na vida dos trabalhadores, reformados e pensionistas, a quem são impostas cada vez mais restrições que aprofundam dramaticamente as desigualdades.

Aquilo a que assistimos é que os trabalhadores estão cada vez mais pobres e os ricos estão mais ricos. Enquanto os trabalhadores perdem qualidade de vida e veem degradar-se as condições de trabalho os 13 grandes grupos económicos de base nacional ostentam lucros escandalosos, alcançando nos primeiros nove meses de 2022, mais de 3 mil milhões de euros de lucros, obtidos pela especulação desenfreada dos últimos meses.

Muito para além da guerra em curso no leste da Europa, cuja relevância não ignoramos como uma das causas para a crise instalada, não podemos deixar de assinalar que o exacerbar dessa relevância continua a servir para justificar os brutais aumentos dos bens essenciais, como alimentos, gás, eletricidade, e para aumentar escandalosamente a riqueza de uns poucos.

O Orçamento de Estado para 2023 não só não inclui medidas de combate e reversão dessas desigualdades, como as acentua, através de amplas benesses, por exemplo fiscais, aos grandes grupos económicos da banca, da energia ou da saúde, ao mesmo tempo que limita fortemente os rendimentos de quem trabalha ou trabalhou, hipotecando o futuro de quem estuda para se qualificar, assim dotando o país de melhores quadros profissionais que, neste quadro, olham para a emigração como um passo praticamente inevitável.

A resposta a esta crise passa pelo urgente e obrigatório aumento geral dos salários, nomeadamente o salário mínimo nacional, mas abrangendo todos os restantes, pela defesa e reforço da contratação coletiva, pelo aumento das pensões, pela defesa e promoção da melhoria da capacidade e da resposta dos serviços públicos em geral, com especial incidência na saúde e educação.

Cientes das suas responsabilidades, os Trabalhadores desenvolvem ações de luta como aquela que esta semana levarão a cabo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

1. Saudar a luta dos trabalhadores por melhores salários e pensões, e melhores condições de vida e de trabalho, destacando a ação de luta que decorrerá em Almada amanhã, dia 15 de dezembro.”

6.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Celestino (BE) para apresentar uma Moção sobre o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino.

6.2.13.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quando há um opressor e um oprimido, escolher a "neutralidade" é assumir o lado do opressor.

Desde 1967 que a ocupação de Israel na Cisjordânia palestina forçou a transferência ilegal, do ponto de vista do Direito Internacional, de mais de 600 mil cidadãos israelitas para os 200 colonatos estabelecidos ilegalmente naquele território. Uma operação possibilitada pela expropriação de mais de 40% das terras disponíveis, do controlo das forças militares israelitas de uma vasta extensão do território, do bloqueio de estradas, do controlo do acesso a água e eletricidade, da construção de cercas de arame que impedem as cidadãs e cidadãos palestinos de se locomover livremente dentro do território, e de um regime de apartheid judicial exteriorizado pela detenção arbitrária de homens, mulheres e crianças palestinas.

Todos os anos centenas de crianças palestinas são anualmente julgadas por tribunais militares e sentenciadas a penas claramente desproporcionais aos atos praticados. A UNICEF relata como prática generalizada, sistémica e institucionalizada os abusos extremos a que são submetidas as crianças em detenção militar israelita.

Há mais de meio século que o povo palestino vê o seu território ser ocupado e os seus direitos fundamentais, coletivos e individuais, serem negados. A realidade de casas arrasadas, de famílias desmembradas, de muros a dividir comunidades, de caminhos intercetados por sucessivos checkpoints que retêm e humilham, mantém-se incólume. Enquanto isso, assiste-se a uma clara expansão dos colonatos pelo governo israelita, ignorando as regras básicas do Direito Internacional e violando, reiterada e gravemente, os direitos humanos da população palestina.

De resto, a política de edificação de colonatos continua a ser a principal causa de violações dos direitos humanos contra os palestinos e tem sido um dos principais entraves à materialização da solução de dois Estados prevista nos acordos de paz de Oslo. É essa a posição da União Europeia, que é absolutamente clara nesse aspeto: a implantação de colonatos é ilegal nos termos do direito internacional, constitui um obstáculo à paz e é suscetível de tornar inviável uma solução baseada na coexistência de dois Estados. Apesar disso, os Estados-membros da UE, incluindo Portugal, continuam a tornar os colonatos israelitas financeiramente viáveis, precisamente através das relações comerciais estabelecidas entre as duas regiões, e que resultam na exportação de produtos agrícolas e outros materiais que são produzidos nos colonatos ilegais, sem quaisquer limitações.

Tendo por base que o comércio de bens de colonato sustenta e promove a injustiça perpetrada diariamente contra o povo palestino, conclui-se que a presente conduta da comunidade internacional tem contribuído para aprofundar o sistema de apartheid existente nos territórios palestinos, impossibilitando um futuro de paz e democracia que garanta a dignidade, liberdade e prosperidade ao povo palestino. Da mesma forma, esta complacência inaceitável da comunidade internacional que teima em não atuar coerentemente na defesa da aplicação do Direito Internacional e de uma paz que respeite os direitos de todas as pessoas sem discriminação é, também ela, uma forma de legitimação das políticas de ocupações ilegais, da expropriação de terras privadas, dos massacres e da violência desmesurada que vêm tendo lugar tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia ocupada. É fundamental, portanto, que a comunidade internacional aja de forma a impedir que Israel normalize a sua ocupação ilegal nesses territórios, bem como a materialização desses atentados contra os direitos humanos e contra o Direito Internacional.

O povo palestino foi forçado à condição de exilado dentro do seu próprio país, espoliado das suas terras, casas e direitos. E na origem tudo isto, estão as iniciativas de desimpedimento das famílias palestinas em



Jerusalém Oriental, parte da ação contínua de Israel em termos de ocupação e uma explícita repressão do povo palestino que temos visto ao longo das últimas décadas. Particularmente na Faixa de Gaza, a violência tem atingido proporções horrendas, com fechamentos, bombardeamentos, saques e uma permanente humilhação dos e das palestinianas.

É fundamental, pois, encontrar uma solução pacífica e justa para fazer fim à violência colonial de Israel contra a Palestina, respeitando o direito inalienável à autodeterminação do povo palestino e de todos os demais direitos fundamentais e que, desse modo, garanta a paz e a segurança naqueles territórios.

Está na altura de os Estados internacionais quebrarem o silêncio em relação às violações sistemáticas dos direitos humanos por parte de Israel, sob risco de serem cúmplices com a catástrofe humanitária que viola todas as resoluções da ONU e do Direito Internacional. A solução passará pelo reconhecimento da Palestina, pela condenação de Israel, e pela criação de condições mínimas para a organização de eleições para o povo palestino, que têm vindo a ser adiadas há quinze anos sobretudo por causa da falta de condições de segurança, além das desavenças entre o Hamas e a Fatah. A solução passa também por uma implementação da consciência dos direitos humanos nas relações financeiras com os colonatos ilegais, com a aplicação de sanções económicas aos mesmos, garantindo que ninguém lucra com a colonização do território palestino.

Não haverá paz sem garantir a autodeterminação do povo palestino. A Palestina um dia será livre.

De modo a reafirmar o seu compromisso com a defesa do fim da ocupação dos territórios palestinianos e com o reconhecimento do direito do povo palestino à constituição de um Estado soberano e viável, a assembleia municipal de Almada, reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2022, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, assinalado a 29 de novembro;
2. Recomendar ao Governo, por via do Ministério dos Negócios Estrangeiros, defender a criação do Estado da Palestina, condenar a ocupação israelita e aplicar sanções aos colonatos ilegais;
3. Remeter esta moção ao Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente e à Missão Diplomática da Palestina.”

6.2.14 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE) para apresentar uma Moção sobre Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

6.2.14.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vivemos ainda numa sociedade capacitista. Uma sociedade que exerce discriminação contra pessoas com qualquer tipo de deficiência – física, sensorial, cognitiva ou mental - baseada na premissa de que estas são inferiores e ainda precisam de ser curadas. Vivemos num dia-a-dia onde as práticas e atitudes paternalistas e condescendentes sufocam e desempoderam. Um dia-a-dia onde as pessoas com deficiência estão muito conscientes das múltiplas opressões que lhes tocam e com as quais lutam infundavelmente em todas as áreas das suas vidas.

Dia 3 de dezembro marca o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, proclamado pela Organização das Nações Unidas desde 1992. Um dia de mobilização social e política para a garantia da efetividade dos direitos de uma parte da população tão comumente esquecida, e cuja discriminação para com a qual está presente desde o acesso à educação e ao emprego, o acesso à mobilidade, ao respeito e acesso aos seus próprios corpos, e o acesso aos cuidados de saúde, ou o acesso à informação e comunicação. Há, ainda, tantas barreiras físicas, legais, culturais, sociais e políticas a derrubar.

O estudo Deficiência e Covid-19 em Portugal 2020 revelou que a população com deficiência não tinha meios financeiros para aceder a fisioterapia (57%), terapia da fala (47%), terapia ocupacional (62%), consultas médicas (52,8%) ou cuidados de enfermagem (45%).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Em 2021, apenas 381 pessoas foram colocadas em instituições do ensino superior, ou seja, nem um terço das vagas do contingente especial para estudantes com deficiências foram preenchidas.

O relatório Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2020 conclui que Portugal tem uma das taxas médias de abandono escolar por pessoas com deficiência mais elevadas da União Europeia, com uma forte discrepância em relação a jovens sem deficiência. O mesmo relatório indica que o risco de pobreza ou exclusão atinge 33% das pessoas com deficiência grave.

Em 2016, somente 0,51% dos trabalhadores em empresas privadas com mais de 10 trabalhadores tinham alguma deficiência.

A European Network on Independent Living - ENIL revela que a maioria dos fundos para políticas e reformas para pessoas com deficiências na Europa são para institucionalizar em vez de proteger e garantir o direito à vida independente.

As pessoas com deficiência confrontam-se com uma organização social vigente que lhes limita ou nega direitos fundamentais, vivendo numa situação generalizada de pobreza, dependência e exclusão. A independência e autodeterminação são as principais reivindicações dos grupos ativistas internacionais, reconhecendo a necessidade de uma profunda alteração das condições ambientais, económicas, políticas e sociais que são a origem da sua discriminação. Estas alterações passam obrigatoriamente por políticas públicas de inclusão que apresentam quadros de direitos e medidas de dignidade, opondo-se ao assistencialismo e ao conservadorismo. As pessoas com deficiência afirmam “o tempo da caridade, da institucionalização e do assistencialismo acabou”.

A ação política sobre as pessoas com deficiência fecha-se tipicamente na institucionalização, alienando a filosofia de Vida Independente para estas pessoas. Uma vida onde as pessoas com deficiência dispõem de todos os meios necessários para poderem fazer escolhas e controlar as suas vidas e a tomar todas as decisões relativas à sua existência. Significa que a pessoa com deficiência tem o poder de decidir sobre a sua vida e que não é admissível que sejam outros a decidir por ela, sejam instituições, médicos, técnicos de serviço social ou quem quer que seja, mesmo com a melhor das boas intenções. É uma questão de respeito pela individualidade da pessoa com deficiência e de poder. De quem tem o poder de decisão.

Estar institucionalizado significa perder o direito de escolher o que comer, as horas a que se levanta, se pode sair à noite, ter relações ou mesmo escolher o canal de televisão.

Em Portugal, mais de 6.000 pessoas adultas com deficiência estão institucionalizadas em Lares Residenciais. Para além destas, muitas outras, mesmo jovens, encontram-se internadas em Lares de Idosos por falta de alternativas. O que se constata é uma vasta percentagem de pessoas em que não são as suas dependências que os obrigam ao internamento. É a falta de alternativas de recurso a serviços de base comunitária e de assistência pessoal que os condena de imediato a uma vida que não respeita as suas necessidades e os segrega socialmente. Mas também outros com elevados graus de dependência poderiam viver na comunidade. A única diferença é terem maiores necessidades de apoio.

Estar institucionalizado é prescindir de direitos que estão consignados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Estado Português em 2009.

Com a falta de políticas de emancipação das pessoas com deficiência - como a oferta transversal a educação com comunicação inclusiva, promoção do desporto adaptado, serviços de saúde sexual e reprodutiva adequados, acesso a habitação, transportes acessíveis, apoios à assistência pessoal – muitas foram empurradas para instituições, onde pessoas que não vivem a sua realidade dizem “saber o que é melhor para eles”, porque “são frágeis e precisam de proteção”.

É urgente elaborar um plano de desinstitucionalização que passe pela implementação de reformas estruturais, integração na comunidade, sensibilização da sociedade, desenvolvimento de serviços locais individualizados, alocação de fundos para um sistema de assistência pessoal individualizada, e pleno usufruto e acessibilidade ao espaço público. Almada, enquanto município vanguardista das políticas de inclusão, deve estudar a realidade da



sua população com deficiência, analisando a sua relação laboral-social-familiar-educacional-económica e as respostas sociais existentes. Mais do que um lar, as pessoas com deficiência precisam de emprego, habitação, saúde, educação, e acessibilidade, construindo para si a organização que necessitam.

É preciso fazer escolhas que não tenham apenas em conta medidas economicistas, porque a inclusão não se mede em euros e têm de ser para todas as pessoas. Não se concebe a ideia de uma pessoa sem deficiência não poder decidir onde, com quem e como querem viver. Então porque é aceitável segregar e desvalidar a dignidade das pessoas com deficiência? A desigualdade nunca é justificável. E a liberdade nunca deverá ser opcional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 14, 15 e 20 dezembro de 2022 delibera:

1. Saudar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiências, afirmando o seu compromisso pelo reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e saudar o trabalho dos grupos ativistas.
2. Estudar a conceção e implementação de um Plano municipal de desinstitucionalização de pessoas com deficiências, articulando a promoção da independência da pessoa com deficiência e as respostas sociais individualizadas.”

6.2.15 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE) para apresentar uma Moção Pelo incentivo à fixação de profissionais de saúde no ACES Almada-Seixal e pela melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde.

6.2.15.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A incapacidade de resposta dos cuidados de saúde primários em Portugal é um problema que se tem vindo a agravar de forma alarmante. A falta de profissionais nos centros de saúde, especialmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que não se fixam devido às más condições de trabalho, falta de meios técnicos e humanos e ao elevado custo de vida na Área Metropolitana de Lisboa, coloca o território em profunda situação de desigualdade no acesso aos cuidados de saúde, em particular o concelho de Almada. Em julho deste ano, cerca de 1,5 milhões de pessoas não tinham médico de família, o maior número desde 2016. Os concelhos de Almada e Seixal são dos mais carenciados, com mais de um terço da população sem médico de família. Embora tenham sido colocados novos médicos de família através do recente concurso, alguns já cessaram funções, levando inclusive ao encerramento da UCSP de Corroios.

Mas a carência não é apenas de médicos. Faltam enfermeiros, assistentes técnicos e operacionais, bem como outros profissionais indispensáveis. O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Almada-Seixal tem 2,5 enfermeiros por 1000 habitantes, um número muito aquém da média nacional e da OCDE (7,1 e 8,8 por 1000 habitantes, respetivamente). Várias unidades do ACES não dispõem de um único assistente operacional, o que multiplica o trabalho dos restantes profissionais da unidade e deixa menos disponibilidade para o atendimento de utentes.

A prestação de cuidados é também prejudicada pela falta de meios técnicos e logísticos, como por exemplo de material para a realização de procedimentos clínicos e mesmo de viaturas para a deslocação dos profissionais para prestação de cuidados domiciliários.

A promessa da construção do novo centro de saúde no Feijó, continua por cumprir, e ainda que acreditemos na vontade da sua concretização, a verdade é que os centros de saúde não funcionam sem profissionais. Os profissionais de saúde são o elemento-chave dos cuidados de saúde e é necessário criar condições para a sua fixação no município. Não só as condições de trabalho e a falta de meios têm afastado as trabalhadoras e os trabalhadores das unidades de saúde de Almada, mas também as pronunciadas dificuldades de deslocação e de obter habitação a preços acessíveis no concelho.

O acesso aos cuidados de saúde é uma das grandes limitações da qualidade de vida dos Almadenses, ainda para mais considerando a grande vulnerabilidade socioeconómica de uma franja importante da população. Por isso,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

torna-se necessário que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, adote medidas de incentivo à fixação de profissionais de saúde e de apoio à prestação de cuidados de saúde.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14,15 e 20 de dezembro de 2022, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que adote as seguintes medidas:

- Prosseguir e intensificar a reivindicação junto do governo para criação de condições que incentivem a fixação de profissionais nos centros de saúde de Almada. Se aprovada, esta moção deverá ser remetida ao Executivo Camarário e das Juntas de Freguesia, ao Ministério da Saúde, à comissão executiva do SNS, à ARS de Lisboa e Vale do Tejo e ao ACES Almada-Seixal.”

6.2.16 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE) para apresentar uma Moção Contra o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril.

6.2.16.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estão previstos aumentos dos preços das portagens na travessia da Ponte 25 de Abril na ordem dos 9,3% a partir de janeiro de 2023, valor da taxa de inflação medida em termos homólogos no mês de setembro deste ano.

Se tal aumento se verificar, um veículo de Classe A, que paga atualmente 1,90€ por travessia, passará a pagar 2,10€. Um utente com um veículo de Classe A que atravesse a ponte 22 vezes por mês passará a ter um encargo total de 46,20€.

Perante a atual conjuntura económica, fortemente marcada pela inflação e pelo aumento significativo e generalizado do custo de vida, enquanto a população perde poder de compra, este acréscimo da despesa das portagens vai sobrecarregar ainda mais os rendimentos da população.

Estes aumentos brutais penalizam trabalhadores, estudantes, famílias e tantos milhares de pessoas que utilizam esta infraestrutura estratégica, muitas vezes diariamente. A Ponte 25 de Abril é, ainda, para significativa parte da população de Almada e da Margem Sul, a única forma de chegarem à outra margem, principalmente face à escassa oferta territorial e de horários dos transportes coletivos.

O aumento em questão das portagens está previsto para janeiro de 2023, momento em que a Carris Metropolitana vai iniciar os seus serviços nos Lotes 1 e 2, na margem norte. Esta reestruturação profunda do serviço de transportes de passageiros terá impacto em toda a Área Metropolitana de Lisboa. A Carris Metropolitana tem merecido inúmeras queixas e protestos por parte dos utentes dos Lotes 3 e 4, insatisfeitos com as falhas graves dos serviços que têm vindo a prejudicar a vida de milhares nos últimos meses.

Muitos habitantes da Margem Sul são forçados a usar o transporte individual e a suportar custos acrescidos em combustíveis, como solução de último recurso face aos atrasos, supressão de linhas ou de horários por parte dos transportes públicos rodoviários. Não é admissível que a este acréscimo de despesas se somem aumentos das portagens para quem ficou condicionado na deslocação para os seus locais de trabalho.

A concessionária Lusoponte não deve optar pelo agravamento das portagens nos montantes previstos, especialmente considerando que os custos de operação da Lusoponte não têm vindo a crescer ao ritmo da inflação, quer no que concerne empréstimos que possa estar a pagar quer no que respeita ao custo dos salários dos trabalhadores. Aliás, a Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens relatou que a Lusoponte terminou o ano de 2020 com receitas de 86,7 milhões de euros, um aumento de 5,3% em relação ao ano anterior. Um aumento do preço das portagens representaria, assim, um acréscimo aos lucros e dividendos desta concessão.

Simultaneamente, o Governo não pode demitir-se da intervenção necessária e do apoio aos utentes. A longo prazo, o alargamento do prazo de concessão, já declarado publicamente pelo Governo, traduz-se numa remuneração à Lusoponte e aos seus acionistas, sem qualquer tipo de retorno para o Estado e para os utentes. Assim, é necessário estudar o resgate da concessão, de modo a acabar com a manutenção do negócio ruinoso desta parceria público-privada, que, ao longo dos vários acordos de reequilíbrio financeiro, já custaram aos contribuintes mais de 847 milhões de euros até 2013.

De imediato, o Governo deve de aplicar um travão contra a revisão e aumento dos preços das portagens na Ponte 25 de Abril, uma ponte já há muito tempo paga pelos utentes.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2022, delibera:

1. Expressar a sua oposição face ao aumento previsto dos preços das portagens na Ponte 25 de Abril;
2. Exigir junto do Governo, através do Ministro das Infraestruturas, um travão ao aumento dos preços das portagens na Ponte 25 de Abril.”

6.2.17 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS) para apresentar uma Saudação Dia Internacional do Voluntariado.

6.2.17.1 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Dia Internacional do Voluntariado foi proclamado através de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 17 de dezembro de 1985 e é celebrado anualmente a 5 de dezembro. O seu objetivo é enaltecer o esforço dos voluntários, salientando os valores de entreatajuda e sentido de comunidade, bem como promover a participação em programas de voluntariado. Por outro lado, este dia destaca também o seu contributo para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O voluntariado é um ato de Cidadania que obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da gratuidade, da responsabilidade e que se traduz num conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Em Almada são inúmeros os municípios que através do voluntariado participam em diversas iniciativas nas áreas social, educativa, ambiental, desportiva, saúde e cultural.

O município de Almada, através da dinamização do Banco Local do Voluntariado, alinha-se declaradamente com o propósito do Dia Internacional do voluntariado constituindo-se como um espaço de encontro entre pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e as entidades promotoras de voluntariado que se encontram interessadas em receber voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

Assim, a Assembleia Municipal, ao abrigo do articuladamente disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea o) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro delibera, saudar a celebração do Dia Internacional do Voluntariado e reafirmar o compromisso pelo reconhecimento do trabalho dos voluntários em Almada.”

6.2.18 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS) para apresentar uma Moção Saudação ao Dia Internacional Cidade Educadora (30 de novembro).

6.2.18.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Município de Almada é membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e integra as comemorações do Dia Internacional Cidade Educadora (30 novembro), sob o lema: “A Cidade Educadora, cidade de paz e oportunidades”.

Num cenário global de crises múltiplas, desafiantes e complexas, urge uma aproximação entre governos locais de todo o mundo, mas também uma aproximação entre as instituições e os atores significativos, criando e fomentando estruturas de participação, capazes de proporcionar soluções mais eficientes e inovadoras, mobilizadoras de novos paradigmas, no respeito pela matriz de valores onde assenta a Carta das Cidades Educadoras.

É neste enquadramento de crise, agudizada na Europa por uma situação de guerra, com impactos em todas as dimensões da vida das comunidades, que Almada celebrou no passado dia 30 de novembro o Dia Internacional Cidade Educadora, promovendo e acompanhando atividades de educação para a cidadania em escolas da rede pública e equipamentos de infância da rede solidária. Ainda no âmbito destas comemorações, foram hasteadas bandeiras comemorativas do Dia Internacional Cidade Educadora em muitos edifícios públicos municipais,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

escolas e equipamentos de infância das instituições particulares de solidariedade social, o que revela o compromisso municipal com as decisões tomadas no último Congresso Internacional da AICE, ocorrido em Andong (Coreia do Sul) no passado mês de outubro, como sejam:

1. Prosseguir o objetivo de tornar a cidade mais inclusiva através da participação ativa dos cidadãos e cidadãs, com atenção especial à educação inclusiva e equitativa.
2. Promover o acesso às oportunidades educativas que o meio oferece a todos os cidadãos e cidadãs.
3. Fomentar a criação de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, de qualidade e adaptadas às diferentes gerações e com enfoque nos grupos em situação de vulnerabilidade. Os e as jovens são cidadãos do presente, devendo os governos locais facilitar espaços de encontro, escuta e co-construção.
4. Facilitar espaços de aconselhamento e aprendizagem de vanguarda em tecnologias de ponta e oferecer oportunidades educativas formais e não formais, assim como oportunidades laborais no âmbito das tecnologias e da inovação social na era pós-COVID.
5. Fomentar a alfabetização digital e a conectividade de toda a população, assim como iniciativas voltadas para a prevenção e abordagem do uso abusivo das tecnologias, más práticas e suas consequências.
6. Facilitar espaços de participação cidadã focados em fomentar o sentimento de pertença e a preservação e transmissão da cultura, incluindo a das comunidades infra representadas, minoritárias e em situação de vulnerabilidade, assim como espaços de encontro que contribuam para o diálogo intergeracional e intercultural.
7. Desenhar e implementar projetos de regeneração e desenvolvimento urbano que preservem a cultura tradicional numa perspetiva inclusiva e que valorizem a diversidade e fomentem a coesão social.
8. Unir esforços liderando, desde o mundo local, mudanças culturais em relação à promoção de estilos de vida sustentáveis e à criação de cidades mais verdes. Sensibilizar os cidadãos e cidadãs, através da sua participação ativa, em iniciativas e práticas sustentáveis.
9. Fomentar a reflexão crítica sobre as tradições locais, a história e o património na própria identidade da cidade, assim como a aplicação das aprendizagens do passado e as tradições em processos educativos.
10. Impulsionar uma educação em valores básicos para a convivência e o progresso social das comunidades como o respeito, a empatia, a igualdade, a solidariedade ou o pensamento crítico.

A Assembleia Municipal de Almada delibera saudar a celebração do Dia Internacional Cidade Educadora, congratulando a Câmara Municipal de Almada e todas as organizações envolvidas nesta importante ação, bem como da escolha do lema adotado na edição de 2022 “A Cidade Educadora, cidade de paz e oportunidades”.

6.2.19 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar um Voto de protesto contra o aumento das taxas da água.

6.2.19.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 14, 15 e 20 de Dezembro de 2022, na localidade do Laranjeiro, vem manifestar o seu mais ínfimo voto de protesto contra qualquer aumento das tarifas da água pelas entidades competentes e responsáveis pela gestão da água e saneamento municipal, isto, considerando que se trata do bem mais precioso e essencial à vida no planeta, o aumento das tarifas num momento de crise grave instalada na sociedade e com uma inflação das mais elevadas de sempre, só pode ser encarado como um autêntico oportunismo e esbulho ao contribuinte sabendo-se que à água não há alternativa tal como denota uma gritante falta de sensibilidade e de humanismo, posição e comportamento que deve ser ampla e veemente censurado pela sociedade.”

6.2.20 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Moção de isenção do IVA para bens alimentares essenciais.



6.2.20.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O aumento da inflação materializado no enorme incremento dos preços como nas mensalidades e rendas da habitação, no gás, na eletricidade, mas também no consumo nomeadamente em bens alimentares e de primeira necessidade, está a deixar os portugueses no limiar da pobreza, onde a classe média já de si com rendimentos parcos, vê cada vez mais a sua situação económico-financeira deteriorar-se a cada dia que passa sem que hajam alternativas urgentes para colmatar os problemas financeiros das famílias.

Com a fatura dos bens essenciais nomeadamente no supermercado a aumentar todos os dias, é de tamanha urgência que o Governo e as entidades com competência, possam criar e adaptar medidas que visem a mitigação dos problemas de má nutrição que em larga medida crescem vertiginosamente nas classes mais desfavorecidas da sociedade, e agora também cada vez mais afeta a uma classe média mais empobrecida e sem grandes sinais de esperança.

Os orçamentos mensais das famílias chegam cada vez menos para fazer face ao aumento do custo médio de vida e às adversidades inesperadas ou mesmo a aquisição de medicamentos levando muitas das vezes optar pela diminuição da fatura do supermercado em favor da medicação da qual não se pode prescindir. Todo este cenário de empobrecimento irá trazer de futuro repercussões extremamente negativas na saúde dos portugueses se não for urgentemente corrigida e estancada a subida de preços nos bens de consumo essenciais à vida humana como é o caso dos alimentos. Maior drama será certamente quando se fala de crianças e idosos de qual a nutrição é um elemento essencial na sua dieta diária considerando a sua situação geracional.

A título de exemplo, bens tão essenciais como a pescada com um aumento de 68%, o frango 33% o bife de Perú 30% tal como as batatas (23%) e o óleo alimentar (27%), são bem o espelho de uma sociedade que se encontra descontrolada prejudicando aqueles que menos têm.

Tendo em consideração os termos da nova Diretiva (EU) de 2022/542 do Conselho do dia 5 de abril de 2022, Portugal é livre de aplicar a isenção da Taxa de IVA a 0%, sobre a aquisição e consumo de bens alimentares identificados como bens essenciais. Esta possibilidade tem o condão e a facilidade de não necessitar de pedido de autorização prévia junto da Comissão Europeia, tornando-se uma medida fundamental para desafogar o impacto negativo que a inflação está a ter nas famílias com o aumento dos bens de consumo de primeira necessidade.

Pelos motivos preocupantes acima mencionados e com a finalidade de que o Governo encontre soluções fiscais para desanuviar o garrote financeiro em que as famílias portuguesas se encontram em consequência do brutal aumento do preço dos bens de consumo essenciais à vida humana, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14 15 e 20 de Dezembro de 2022m na localidade do Laranjeiro, vem defender de forma clara e urgente, a suspensão por tempo determinado a considerar, do pagamento de IVA (IVA0%) nos bens considerados e identificados como essenciais à vida humana, exigindo ao Governo a sua aplicação imediata.”

6.2.21 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Moção contra o aumento da portagem na Ponte 25 de Abril.

6.2.21.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O aumento do custo de vida dos portugueses é no presente um dos maiores entraves a uma qualidade de vida sustentável devido ao asfíxiamento imposto pela enorme inflação e dos compromissos que mensalmente as famílias têm de suportar.

O aumento constante e generalizado dos preços, nomeadamente a fatura do supermercado, da eletricidade, do gás, das rendas e as mensalidades com a habitação, empobrecem e condicionam financeiramente os portugueses com uma carga fiscal das mais elevadas das últimas décadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O povo português, nomeadamente a classe média e a classe mais desfavorecida, já vivem no limite do seu esforço, sendo que com o aumento anunciado das portagens na Ponte 25 de Abril, estimado em 9%, via rodoviária que serve em muito os almadenses para as suas deslocações diárias, sobrecarrega de forma considerável os custos mensais. Desta forma, o aumento de 20 cêntimos nos veículos de Classe A passa de 1.90€ para 2.10€ 20 cêntimos, tornando-se mais uma renda incomportável ao rendimento das famílias.

O princípio da igualdade está desde logo ferido quando comparado com outras pontes e travessias equiparadas existentes no país onde mais nenhuma tem custos para o utilizador (com exceção da Ponte Vasco da Gama), o que torna a situação um fator de discriminação negativa para quem faz uso da Ponte 25 de Abril perante a falta de alternativa num raio de quilómetros razoável e considerável, tendo ainda em consideração que o uso do transporte público fluvial com veículos não é de momento, prático nem a melhor opção a uma mobilidade e a uma acessibilidade segura e em comodidade.

Em termos económicos, o aumento das portagens é outro principal fator de perturbação do investimento e da atratividade no concelho, quer na fixação de empresas quer na fixação de famílias, que fazem contas às despesas correntes na hora de decidirem o seu futuro.

Deste modo, é de tremenda urgência que o Governo seja sensível ao brutal aumento da inflação e da subida do custo de vida para as famílias e para as empresas e trave o aumento das portagens na Ponte 25 de Abril junto da concessionária

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2022 na localidade do Laranjeiro, vem desta forma, defender junto do Governo:

1 – A rejeição de qualquer aumento previsto para o ano de 2023 na portagem na Ponte 25 de Abril face ao acentuado aumento do custo de vida para as famílias e para as empresas

2 – A abertura de um abrangente diálogo sobre o futuro da continuidade, aumentos e os moldes de pagamentos futuros da portagem na Ponte 25 de Abril, a fim de se encontrar uma solução entre o Estado e a concessionária que salvguarde em primeiro lugar os interesses das populações ao invés de as sobrecarregar com mais aumentos.”

6.2.22 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Recomendação à Câmara Municipal de implementação do cheque bebé para apoiar a natalidade e a maternidade.

6.2.22.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma vez que os índices populacionais em Portugal têm nos últimos anos uma considerável curva decrescente, é imperioso que os decisores quer nacionais quer locais, possam meditar e estudar políticas que, a médio prazo, tendam a reverter consideravelmente os baixos níveis de natalidade como aqueles que temos na viragem do novo século.

O aumento da esperança média de vida, consequência dos constantes e supersónicos avanços na medicina e mudança de hábitos, fazem com que tenhamos uma população cada vez mais idosa, mas que não é acompanhada no outro vértice da pirâmide pelo aumento da natalidade, que possa resultar no equilíbrio populacional, razão pela qual, é fundamental que se criem condições e estímulos ao aumento das taxas de natalidade com o intuito de reverter a situação.

Com o seu propósito, e tendo em consideração que é a família o garante da continuidade da sociedade, devem ser criadas medidas que protejam a família tal como incentivos que promovam a constituição de novas famílias que possam em sociedade criar estruturas sólidas de proximidade familiar e que a ajudem a manter equilibrada e duradoura.

Quer o Estado quer as Autarquias locais, têm, neste caso, um papel fundamental no garante das condições básicas de sobrevivência de cada família, tendo ao mesmo tempo, o papel de assegurar uma vida familiar com



dignidade colocando ao dispor das mesmas os instrumentos que lhes permitam atingir a plenitude da segurança e do bem-estar social e económico.

Importa, desta feita, desenvolver medidas que possam favorecer e privilegiar estratégias locais de proteção aos casais na maternidade apoiando na sua sequência a natalidade, ao mesmo tempo que se implementam mecanismos que possam mitigar os custos associados à maternidade e à parentalidade.

Devem essas medidas garantir um melhor acesso aos recursos necessários e disponíveis às famílias nomeadamente as famílias que denotem mais carências e que necessitem de um apoio suplementar àquele que é dado pelo poder central, com a finalidade de diminuição das desigualdades sociais, a promoção de oportunidades e colmatar as exclusões no seio da comunidade.

Deste modo, a par das instituições estatais, devem os municípios contribuir para a melhoria das condições básicas de vida dos casais, alargando o apoio às famílias de baixos recursos promovendo uma verdadeira oferta complementar à do estado ainda por mais em tempos de crise.

Pode, neste caso, também o Município de Almada, munido de um orçamento considerável de cerca de 160 Milhões de euros, contribuir para o aligeirar do esforço mensal das famílias que se encontrem em situação precária e com muitas dificuldades económico-financeiras decorrentes da crise económica que o país atravessa, e concretizar, na prática, as suas responsabilidades sociais, não se substituindo ao Estado, mas sim, dando-lhe um carácter de complementaridade social e comunitária.

Acresce ao incentivo à natalidade, aos casais e às famílias do concelho com a presente proposta, e depois de colocada em prática, a mesma visa a adoção de linhas indiretas de apoio ao comércio em Almada, pelo facto de se criarem parceiros locais junto dos comerciantes, fomentando e impulsionando o consumo na ajuda à proliferação da economia local também ela afetada pela crise atual.

Em resumo, a proposta que aqui se apresenta, contribuirá para melhorar as condições de vida das populações e o seu bem-estar, consubstanciado num apoio ao incentivo à natalidade tal como um apoio às famílias mais desfavorecidas do concelho que possa ajudar não só a inverter a pirâmide etária desnivelada no que concerne aos baixos índices de nascimento contrastando com os elevados índices de envelhecimento, ao mesmo tempo que fomenta a fixação dos casais e famílias em Almada, atraindo em paralelo, a migração de casais e famílias para o concelho, resultante das boas práticas e medidas do município de incentivo à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A par disto, funciona em simultâneo, como um mecanismo âncora de promoção, de divulgação e de estímulo à atividade do comercial e económica local em Almada, tornando-a mais atrativa e com novos horizontes de oportunidades.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunidas nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2023, na localidade do Laranjeiro, recomendar à Câmara Municipal de Almada a criação do Cheque-Bebé com a finalidade de apoiar os casais na maternidade, dando um incentivo à natalidade, ao mesmo tempo que ajuda o comércio local.”

6.2.23 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Moção pelo fim do pórtico na Quinta da Queimada – Charneca de Caparica.

6.2.23.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sendo a mobilidade e as acessibilidades um direito que deve ser consagrado aos cidadãos considerando a necessidade premente de deslocações diárias e pendulares, é importante e crucial que não se criem dificuldades que possam obstaculizar a forma como as pessoas se movimentam.

A Charneca da Caparica é uma localidade do concelho de Almada, apesar de algumas melhorias, que carece ainda de estradas e vias convenientes com uma mobilidade e circulação adequada quer à segurança rodoviária



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

quer aos acessos locais considerando ainda que é uma freguesia em crescendo a níveis consideráveis em termos populacionais.

O aumento populacional da freguesia e da localidade, leva em simultâneo ao incremento significativo de trânsito e normal congestionamento de muitas das vias, outrora sem problemas de acumulação de trânsito.

As vias destinadas ao trânsito, os modos de circulação dentro das localidades e seus acessos, são nas sociedades modernas e desenvolvidas cada vez mais importantes e fundamentais, na forma como se promove cada lugar, cada concelho e cada região. O desenvolvimento económico e populacional só é possível com uma mobilidade suave, sem constrangimentos e contratempos e sem entraves que possam onerar os cidadãos.

Em concreto, o pórtico instalado aquando da abertura da A33 que liga o Monte da Caparica em Almada ao Montijo, localizado no denominado Nó da Queimada na localidade da Charneca da Caparica, é uma portagem que encarece e prejudica financeiramente os almadenses nomeadamente os Charnequenses, com uma taxa e tarifa despropositada, considerando que o local ao acesso local fica condicionado ao pagamento monetário para quem todos os dias tem de se deslocar para o seu local de trabalho. De reforçar que esta situação além de injusta, é em muito, responsável pelo congestionamento do trânsito na zona central da freguesia, situação essa, que melhorará consideravelmente com o fim do pagamento do respetivo troço (1,2Km) dentro da localidade na A33.

A luta pelo fim da portagem consubstanciada num pórtico, é já antiga, mas continua na ordem do dia das preocupações das populações, tendo sido, inclusive, alvo de uma petição pública entregue na Assembleia da República, tendo levado os grupos parlamentares auscultado os peticionários em audiência.

Assim, e com o objetivo de dar continuidade à luta pelos direitos da mobilidade e acessibilidades dos munícipes em concreto os Charnequenses, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2023, vem desta forma, deliberar o seguinte:

1 – Considerar uma injustiça a continuação do pórtico situado no denominado Nó da Queimada, na A33, sito Charneca da Caparica, uma vez que prejudica e penaliza financeiramente os almadenses e Charnequenses;

2 – Dar continuidade à luta junto das populações pelo fim da portagem através do respetivo pórtico;

3 - Exortar junto da Câmara Municipal de Almada, da Concessionária Baía Tejo, da Infraestruturas de Portugal e do Governo, e da Assembleia da República, nomeadamente dos grupos parlamentares, a necessidade do fim do pagamento da respetiva portagem;

4 - Envolver a 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Almada na continuidade dos trabalhos, inclusive, ouvindo os peticionários da petição pública entregue na Assembleia da República, encetando todos os esforços para um diálogo profícuo e esclarecedor e em parceria com as entidades competentes e responsáveis.”

6.2.24 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma Moção pela atribuição do nome de “Zé Pedro dos Xutos e Pontapés” ao Parque Urbano da Costa da Caparica.

6.2.24.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi aprovado em Assembleia Municipal por unanimidade no mandato transato, a moção que tinha como objetivo a atribuição de rua ou avenida no concelho de Almada: “Zé Pedro dos Xutos & Pontapés”, configurando e reconhecendo o guitarrista Zé Pedro, falecido a 30 de setembro de 2017, como uma das figuras mais emblemáticas do espectro da cultura nomeadamente da música e do rock português e que ficará ligado para sempre também a Almada.

Esta sentida e justa homenagem que Almada fez a Zé Pedro, é fruto e reconhecimento não só do ADN musical que é o concelho desde décadas, mas também tendo em consideração o percurso e o trabalho que a banda Xutos e pontapés empreenderam em Almada desde a sua fundação até aos dias de hoje, nomeadamente nos



7

espaços e locais de ensaios, que muito deve orgulhar os almadenses, que identificam os Xutos e Pontapés como parte integrante da história da sua terra.

O reconhecimento e agradecimento pelos Xutos e Pontapés é tão grande no concelho que no Verão de 2017, centenas de fãs da banda e de Zé Pedro, organizaram-se e juntaram-se no Campo de Jogos do Pragal, para homenagear o músico guitarrista numa emocionante iniciativa conjunta cantando em uníssono o tema “Não sou o único” escrito em 1987 por Zé Pedro.

Uma vez que a alteração de toponímia obedece e requer profundas alterações burocráticas e logísticas com repercussões diretas junto das populações com morada no local pretendido, torna-se inevitável a identificação de opções alternativas à homenagem ao saudoso músico que os almadenses há muito desejam.

Posto isto, e na busca de alternativas que possam concretizar esse desejo, aproveitando aquele que é um festival sazonal de sucesso onde Zé Pedro teve oportunidade de atuar com os Xutos e Pontapés, como é o festival “O Sol da Caparica”, a atribuição do seu nome ao atual parque urbano da Costa da Caparica, seria o reconhecimento da enorme homenagem que os almadenses podem fazer ao músico num espaço já considerado como emblemático e promotor da música portuguesa e longe das implicações burocráticas exigentes em consequências destas alterações.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada reunida na localidade do Laranjeiro nos dias 14, 15 e 20 de dezembro de 2023, vem recomendar junto da câmara municipal a atribuição do nome “Zé Pedro dos Xutos e Pontapés”, ao atual parque urbano da Costa da Caparica, local onde emblematicamente se realiza todos os anos o festival O Sol da Caparica, recordando e homenageando para sempre o músico e dignificando o festival.”

6.2.25 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU) para apresentar a Moção pela dignificação das Forças de Segurança e segurança das populações;

6.2.25.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A atividade das forças e serviços de segurança e a vida dos seus profissionais continuam a ser marcados por muitos e variados problemas, com reflexos no direito das populações à segurança e tranquilidade públicas.

Problemas que têm, é certo, graus diferenciados de complexidade para a sua resolução, mas que impõem não o seu adiamento, mas, ao contrário, o encetar de um caminho para a sua resolução.

Para responder e contribuir para um melhor cumprimento do desígnio constitucional que lhes é cometido - o de “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. -, é urgente a dignificação e valorização dos profissionais das forças e serviços de segurança, e de garantia de condições de implementação de uma política de segurança e tranquilidade públicas, nomeadamente a definição da condição policial, de saúde e segurança nos locais de trabalho, valorização das mulheres nas forças e serviços de segurança, melhoria dos salários, definição das carreiras e investimento em infraestruturas e equipamentos.

A nível de instalações, impõe-se investimento urgente, nomeadamente no Distrito de Setúbal, e em particular no concelho de Almada, onde estão degradadas ou onde as não há.

Atendendo aos problemas aqui identificados, entre outros, o Grupo Municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Almada que:

1 – Exija do Governo da República a resolução dos problemas que afetam as forças de Segurança, nomeadamente o justo aumento dos salários, subsídio de risco e a garantia à progressão nas carreiras;

2 – Exija do Governo da República o investimento na qualificação das instalações degradadas e construção de novas instalações para as forças de segurança no Concelho de Almada.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Karim Hassam Quintino (BE), António Francisco Salgueiro (PSD), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Ana Margarida Lourenço (PS), Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para revelar o sentido de voto do Bloco de Esquerda aos documentos aqui apresentados.

Relativamente às moções apresentadas pelo CHEGA, votaremos a favor das moções 1 e 2 e contra as moções 3 e 4.

Sobre a moção 3, dizer apenas estando naturalmente a favor da dignificação das forças de segurança do nosso país, não nos revemos minimamente na forma como o texto está redigido e consideramos que tanto os considerandos como a parte deliberativa, desonram as instituições de segurança do Estado.

Votaremos também favoravelmente a moção trazida pelo PAN, assim como todas as moções apresentadas pelo CDS-PP.

Quanto às moções apresentadas pelo PS. Votaremos a favor das três, ainda que a moção 20, relativa à Saudação ao Dia Internacional Cidade Educadora”, nos causa um pouco de confusão porque, os proponentes desta moção são os mesmos que tardam em tratar os professores e o corpo educativo com o respeito que merecem, desde a valorização das suas carreiras até às condições de trabalho que infelizmente continuam a não ter.

Por último, votaremos a favor das moções apresentadas pela CDU, à exceção da moção 8, à qual nos iremos abster e que diz respeito ao “Dia Internacional para eliminação da violência contra as mulheres”.

Nesta moção a CDU aborda de forma simplista uma questão que é delicada e que tem dividido feministas em todo o mundo.

Por um lado, há quem defenda o reconhecimento do trabalho sexual enquanto trabalho, com o intuito de garantir direitos e proteção social para as trabalhadoras do sexo e separar a sua atividade da clandestinidade e do tráfico.

Por outro lado, há quem defenda a abolição ou criminalização da prostituição e considera que a venda de serviços sexuais é sempre violência e nunca trabalho.

O tema é difícil e carrega a marca de muitas desigualdades sociais. Sabemos que a maioria das trabalhadoras do sexo são mulheres e que as mulheres mais pobres, as racializadas, as estrangeiras e as mulheres trans, estão mais sujeitas a situações sociais que as impelem à venda de serviços sexuais. Sabemos também dos riscos colocados à sua autonomia sexual e integridade física. Sublinhamos, é uma questão difícil.

Mas em última instância consideramos que este texto ergue mais barreiras do que as que derruba e que isso pouco ou nada ajuda a uma luta que deve ser comum sempre pelos direitos e pela autonomia das mulheres.

Por isso Senhor Presidente, pedimos igualmente que os pontos 4 e 5 desta moção sejam votados separadamente.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Período de Antes da Ordem dia em apreciação, informo que o PSD votará a favor da recomendação do CHEGA sobre os reservatórios de água pluvial em escolas e espaços públicos, já que a água a reter pode ser primordial relevância do reaproveitamento para fins diversos. Mas atenção, suscita-nos alguma preocupação que possam vir a existir vários reservatórios ou depósitos indiscriminadamente distribuídos por vários locais, sendo que se deve dar particular atenção à questão da segurança no acesso a esses equipamentos, especialmente nas escolas, já que a natural curiosidade das crianças assume especial importância e têm que ser tomadas medidas excecionais para evitar a ocorrência de alguns acidentes.

No que se refere à recomendação sobre os painéis solares nas escolas do Concelho, votaremos também a favor, mas solicitando que a alínea g) da parte deliberativa seja votada à parte.



Votaremos a favor da recomendação do PAN relativa à criação do Conselho Municipal de Proteção e Bem-estar Animal.

Votaremos igualmente a favor das moções do PS e do Bloco de Esquerda de saudação ao Dia Internacional das pessoas com deficiência, mas dando nota que ainda há muito por fazer no nosso Concelho a este nível, especialmente no que respeito à eliminação de barreiras, mas também em matéria de empregabilidade, sendo que devem ser adotadas medidas para que mais pessoas nesta condição possam entrar nos quadros da nossa autarquia, melhorando a sua situação social e económica e dando-lhes assim uma vida mais digna e no ambiente de trabalho mais adaptado às suas necessidades essenciais.

Votaremos também a favor da moção da saudação à luta dos trabalhadores portugueses e das moções sobre o Dia Internacional da violência contra as mulheres e contra o racismo e a xenofobia.

Votaremos a favor da moção do Bloco de Esquerda sobre o incentivo à fixação de profissionais nos centros de saúde.

Relativamente à moção da CDU sobre o acesso à água, informo que votaremos a favor, mas dando conta que não nos revemos nos pontos que referem que só a gestão e manutenção da água na esfera pública, é que permite o acesso a todos. Deve ser sim dada prioridade ao abastecimento público da água para consumo humano, sendo que deve ser considerada uma questão prioritária em Almada e no país, independentemente de ser pública ou privada a sua gestão. No caso de Almada, continuamos a defender que a gestão se mantenha pública através dos Serviços Municipalizados.

Sobre as moções da CDU e do Bloco de Esquerda relativas à Palestina, anunciamos o nosso voto de abstenção.

Já no que se refere à moção da CDU sobre a abolição das portagens na Ponte 25 de Abril, votaremos também a favor, mas dando nota, que o PSD apresentou uma proposta na reunião de Câmara Municipal, que foi aprovada por unanimidade e que recomenda o Governo que em conjunto com a Câmara Municipal, determine as formas mais justas de concretizar uma discriminação positiva no pagamento dos cidadãos do Concelho de Almada.

Foi também solicitado que se desse início à renegociação do contrato de concessão com a Lusoponte para inclusão dessas medidas de discriminação positivas.

Por estes motivos votaremos contra as moções do Bloco de Esquerda e do CDS sobre o mesmo assunto.

Votaremos a favor do Voto de Louvor ao Major-General Jaime Mendes e os militares que participaram no 25 de Novembro, dando origem à consolidação da democracia em Portugal.

Votaremos a favor das saudações do PS ao Dia Internacional do Voluntariado e ao Dia Internacional da Cidade Educadora.

Relativamente aos documentos do CHEGA e CDU, sobre as forças de segurança, gostaríamos de referir o seguinte: O PSD assume de forma clara, a defesa das forças de segurança, da sua missão, fundamental ao estado de direito e dos seus agentes. É fundamental que se dê condições a esses agentes, para que possam desempenhar convenientemente a sua missão e para que possamos exigir um melhor serviço público. Achamos que esta tema é demasiado importante para o bem-estar das populações e por isso não devemos aproveitá-lo para fundamentar ou aprofundar guerras partidárias ou ideológicas. Motivo pelo qual não nos revemos na maioria dos considerandos do documento do CHEGA. Por esta razão, solicitamos ao CHEGA, que o último parágrafo do documento possa ser alterado de forma de ser apenas dedicado ao Louvor que se pretende fazer às forças de segurança e aos seus profissionais que é sem dúvida merecido.

Iremos votar favoravelmente a moção da CDU, por concordarmos com o proposto, como aliás, ficou bem claro no nosso programa autárquico, em que defendemos medidas como a criação da policia municipal, que poderá libertar as forças de segurança de algumas tarefas; a construção de uma esquadra ou posto na zona do Monte de Caparica ou implementação de sistemas de videovigilância em alguns locais de risco.

Sobre o voto de protesto do CDS relativo às tarifas da água, é importante referir que o mesmo denota duas coisas: o eventual desconhecimento sobre as características do novo tarifário, e uma profunda demagogia nos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

argumentos apresentados. Como é possível vir acusar-se os SMAS de falta de sensibilidade e de humanismo, quando por exemplo, o tarifário social é alargado de 1500 (mil e quinhentas) para 15.000 (quinze mil) famílias, dez vezes mais. Estimando-se um apoio superior a 2.000.000.00 (dois milhões de euros). Como é possível classificar-se esta alteração como oportunismo, quando é ou devia ser, também do conhecimento do CDS, as grandes necessidades de construção e renovação de infraestruturas de abastecimento e saneamento, muitas das quais deveriam ter sido concretizadas há vários anos. Veja-se o exemplo da Costa da Caparica, onde tem havido vários problemas com as condutas que obrigam depois a intervenções constantes de emergência e cortes no abastecimento. Como é possível, não dar importância à sustentabilidade económica e financeira na gestão da nossa água, que o próprio documento o classifica como o nosso bem mais precioso, é que os investimentos necessários, ascendem a mais de 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) nos próximos cinco anos. Investimento esse que já devia ter sido feito o quanto antes, e que talvez não tenha sido feito por falta de coragem política para assumir um tarifário justo equilibrado.

Já sobre a moção de isenção do IVA para bens alimentares essenciais, não nos choca que possa ser recomendado ao Governo, que estude essa possibilidade e por isso votaremos a favor.

Quanto à recomendação para a implementação do cheque bebé, a mesmo parece-nos positiva, mas pensamos que também poderia baixar à Comissão para que seja analisada e incluída no pacote de apoio à natalidade.

Votaremos a favor da moção que apela ao fim da portagem na A33 no nó da Quinta da Queimada.

Relativamente à questão da atribuição do nome de Zé Pedro, já fomos informados que a mesma iria baixar à Comissão.”

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação às propostas apresentadas, o PAN naturalmente, associa-se aos votos relativos ao Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, que continua a apresentar números absolutamente assustadores, assim como as saudações do Dia Internacional do Voluntariado, da Cidade Educadora e de Pessoas com Deficiência.

Deixando, no entanto, um alerta que em Almada ainda há muito a fazer em termos de acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada.

Relativamente às moções sobre o preço da água e sobre as portagens na A33 e na Ponte 25 de Abril, entendendo o contexto económico que atravessamos não nos podemos esquecer que nunca que vivemos numa crise ainda maior, a crise ambiental. Não vale a pena irmos muito longe, basta ver o que aconteceu nos últimos dias.

A crise ambiental que determinará a nossa sobrevivência ou pelo menos a vida enquanto conhecemos, num futuro não muito distante. As alterações climáticas devem ditar todas as medidas que tomamos no presente sob pena de não termos um futuro e nesse sentido não podemos ser a favor de propostas que levem ao aumento do uso do automóvel ou do consumo de água.

O caminho tem de ser o de apoiar quem precisa e investir em alternativas ao uso individual de transporte, assim como o uso cada vez mais eficiente da água, que como é referido e bem, é um bem absolutamente vital. E por isso, é o bem que mais bem protegido deve ser.

No que diz respeito à proposta do CDS que pede a descida do IVA para bens essenciais, a nossa discordância prende-se com a definição de bens essenciais, já que o documento refere o frango, o peru ou a pescada, como bens essenciais à vida humana. Vejo-me na obrigação de comunicar ao Senhor Deputado Municipal do CDS, que apesar de não consumir nenhum destes animais ou nenhum destes bens, continuo viva como se pode constatar e de boa saúde. Eu e milhões de outras pessoas que não consomem animais. No entanto, concordamos que deve existir uma descida do IVA nos bens essenciais de origem vegetal.



Concordamos com a proposta do CHEGA acerca da colocação de painéis solares em escolas e do aproveitamento das águas pluviais, mas apenas em meio urbano uma vez que em meio rural ou florestal, não faz qualquer sentido.

Finalmente votaremos contra as outras duas propostas do CHEGA uma vez que só contam um dos lados da história.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar o nosso sentido de voto relativamente às propostas apresentadas.

Relativamente à recomendação sobre o Conselho Municipal de Bem-estar Animal, que chegue apoio a toda e qualquer medida que promova o bem-estar animal. No entanto, entendemos que deveremos começar em primeiro lugar pela promoção de medidas que promovam o cumprimento da Lei, nomeadamente, a resolução por parte da Câmara Municipal dos animais errantes, gatos e cães, assim como a verificação da realização do Chip e do cumprimento e verificação dos requisitos legais na atribuição e manutenção de licenças para raças potencialmente perigosas e perigosas. Tudo isto implica mais fiscalização.

Relativamente à proposta do PS e do Bloco de Esquerda sobre o Dia Internacional das pessoas com deficiência, vamos com certeza votar a favor destas moções, pois sempre apoiaremos a reintegração dos tais cidadãos, mas deixando sempre o alerta que ainda falta fazer muito em Almada.

Relativamente à moção da CDU sobre o Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, vamos votar a favor, lembrando que foi o CHEGA que, na Assembleia da República entregou propostas para o aumento da moldura penal para este flagelo.

Relativamente à proposta de saudação da luta dos trabalhadores. Aqui achamos populista da parte da CDU a saudação da luta dos trabalhadores, não a podemos apoiar, mas aproveitamos para questionar onde é que esteve a CDU durante os seis anos que apoiaram a Geringonça?

Somos a favor ainda, das propostas sobre a isenção do IVA para bens alimentares essenciais; o voto de protesto pelo aumento da tarifa da água; e como partido que verdadeiramente defende a família no Parlamento da República, não podemos deixar de apoiar a recomendação da implementação do cheque bebé.

Votaremos ainda favoravelmente as moções em defesa do acesso universal à água; pelo incentivo de fixação os profissionais de saúde; moção sobre o voluntariado e moção Almada Cidade Educadora.

Assim, como todas as propostas que visam a remoção do pórtico da A33 da Charneca de Caparica e que se manifestam contra a subida das portagens, uma vez que achamos que a população almadense é taxada sempre que se desloca a Lisboa numa profunda injustiça.

Relativamente às moções de solidariedade com o povo palestino, o CHEGA não apoia estados que fomentam terrorismo e infelizmente já estamos a ficar habituados ao apoio que a extrema esquerda em Portugal dá a estados que não respeitam o direito internacional como já tinham feito inclusivamente com a Rússia.”

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou usar da palavra para fazer aqui algumas considerações sobre a moção que não foi apresentada, mas que está em discussão, que é uma moção da CDU sobre a dignificação das forças de segurança e das populações.

Esta moção basicamente versa sobre duas questões que têm a ver com a valorização salarial e de remunerações e de carreiras das forças de segurança, assim como o investimento também nessas mesmas forças de segurança. Indicando a CDU que de facto, é necessário exigir ao Governo da República, que essa dignificação seja feita de uma vez por todas. Mas o que é facto, é que nos últimos sete anos, temos tido um investimento pela mão do Governo do Partido Socialista nas forças de segurança como não há igual. E no que respeita às remunerações



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

das forças de segurança, em 2023, os aumentos que se irão verificar nos agentes e nos militares da PSP e da GNR respetivamente, serão os maiores aumentos que se vão verificar nos últimos dez anos. E esses aumentos irão verificar-se também nos próximos quatro anos. Não é só este ano que eles vão ter um aumento, as carreiras da PSP e da GNR, vão ter uma revisão extraordinária, portanto, vão ter um aumento superior à restante Administração Pública no que respeita à base das suas carreiras e, portanto, esta é uma reivindicação antiga dos militares e dos agentes, os quais concordam obviamente, que este é sem dúvida um esforço que o Governo está a fazer.

Fala também a CDU da questão do subsídio de risco. Mas importa referir que o subsídio de risco que teve um aumento no ano passado, no qual se passou a componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança, passou de 31.00€ (trinta e um euros) para 100.00€ (cem euros), foi um aumento de 69.00€ (sessenta e nove euros). Mas este aumento de 69.00€ (sessenta e nove euros) não é o valor do subsídio de risco. O valor do subsídio de risco corresponde a 20% da sua remuneração base, mais esta componente fixa. O que significa que, o suplemento por serviço e risco nas forças de segurança, tem neste momento um valor superior a aquele que sempre teve e que representa para cada um dos agentes na sua base, um mínimo de um valor de 271.00€ (duzentos e setenta e um euros) um mínimo. Mas este suplemento vai de 271.00€ (duzentos e setenta e um euros) até obviamente, ao limite daquilo que é a tabela remuneratória nas forças de segurança.

É também referido nesta moção, a questão dos investimentos e na qualificação das instalações degradadas das Forças de Segurança no Concelho e obviamente no resto do país. Como é conhecido e já foi aqui referido em outras reuniões desta Assembleia Municipal, o Governo do Partido Socialista teve desde 2017, um investimento nas forças de segurança inscrito numa Lei de Programação, Lei de Programação essa que foi renovada este ano, e há um novo plano de investimentos dos anos 2022 até 2026, que corresponde a um investimento de 607.000.000.00€ (seiscentos e sete milhões de euros), são mais 140.000.000.00€ (cento e quarenta milhões de euro) do que a anterior Lei de Programação. E nestes 607.000.000.00€ (seiscentos e sete milhões de euros) estão também incluídas as obras de requalificação da Divisão da PSP de Almada, cujo o projeto de execução já está a ser elaborado e que irá corresponder a um investimento de cerca de 1.800.000.00€ (um milhão e oitocentos mil euros) para o Concelho de Almada. Investimento esse do Partido Socialista.

Também a transferência do Destacamento de Intervenção de Almada da GNR, que irá passar do Castelo de Almada para um terreno já há muito cedido pela Câmara Municipal, mas que essa cadência há pouco tempo e já por esta Câmara Municipal é que foi devidamente regularizado e agora sim em condições que essa transferência seja feita, essa importante obra também está inscrita nesta Lei de Programação, que irá permitir não só a melhor instalação desses militares da GNR, como também o devolver do Castelo de Almada às suas populações e podermos todos nós, usufruir desse marco histórico da nossa cidade.

Mas há muitas outras coisas que têm dignificado também aquilo que são as carreiras e os militares e agentes das forças de segurança, nomeadamente a inscrição de 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) no âmbito do PRR, para a construção de habitações para agentes e militares que estejam deslocados das suas residências e que possam obviamente de forma digna ter uma habitação no seu local onde estão naquele momento destacados.

Depois também, outros investimentos que teremos de fazer agora e terá de ser feito agora, com a recente aprovação da regulamentação da utilização de Bodycams que será obviamente, um instrumento importante para a segurança das populações e dos próprios agentes e militares e esse investimento que também será assegurado pelo Governo do Partido Socialista pelo Partido Socialista.

A CDU apresenta de facto, aqui um conjunto de reivindicações que nós conhecemos muito bem, mas ainda assim, apresenta-as de forma muito vaga, mas relativamente a este documento por tudo aquilo que expus e mais algumas coisas para as quais não tenho tempo de referir, iremos votar contra, porque estamos de facto a fazer aquilo que tem de ser feito pela dignificação dos homens e mulheres das forças de segurança.”

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhor Presidente, para referir que o CHEGA aceita a proposta do PSD, em relação à alteração da parte deliberativa do Voto de Louvor às Forças de Segurança, a parte deliberativa passará a iniciar-se apenas como: "O Grupo Municipal do Partido CHEGA vem propor a todos os membros", a parte anterior fica retirada do documento. "

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a algumas das moções que temos aqui hoje em discussão, gostávamos de dar aqui mais duas ou três notas.

Relativamente à questão das portagens da Ponte 25 de Abril, de facto, concordamos que, o aumento que está em cima da mesa, ou seja, aquilo que está contratualmente previsto, a adequação ou a adaptação do tarifário à inflação, é de facto um aumento excessivo. O Governo do Partido Socialista também já o disse e, portanto, aquilo que sabemos é que o Governo está a procurar formas de mitigar este aumento que está contratualmente previsto, garantindo que ele não acontecerá. Portanto, essas serão boas notícias dentro daquilo que é a conjuntura que temos de uma inflação de quase 10%.

Relativamente à moção que a CDU nos traz sobre a eliminação da violência contra as mulheres, os motivos de facto são louváveis, mas aquilo que entendemos é que esta moção mistura os motivos louváveis com uma visão que não deixa de ser datada e moralista de sociedade e dos comportamentos das mulheres.

Desde logo porque estigmatiza quem recorre à prostituição, e estigmatiza também por exemplo, uma mulher que decida de livre vontade ser atriz pornográfica, como se fazer sexo com alguém significasse vender o seu corpo, como se o Estado tivesse que opinar sobre aquilo que é a escolha de uma pessoa, sobre a moralidade desse trabalho. Ao Estado cabe proteger aqueles que precisam de ser protegidos. Da mesma forma que também não nos revemos nesta concessão de que não reconhece o trabalho sexual como trabalho, ou seja, de facto estas soluções que a CDU traz não são solução para nada. E ainda para mais estigmatiza homens e mulheres que podem estar numa situação de vulnerabilidade, a terem que se sujeitar à humilhação de serem vítimas de juízos morais sobre as atividades com as quais retiram rendimento para a sua vida, condenando-as à total inexistência de direitos. Portanto, não acompanhamos os considerandos, não acompanhamos o ponto 4 e o ponto 5 desta moção.

Relativamente à moção sobre o 25 de Novembro apresentada pelo Partido CHEGA. Obviamente o Partido Socialista não nega a importância do 25 de Novembro desde logo porque algumas das figuras principais do 25 de Novembro tinham até relação com o Partido Socialista e reconhecemos também aquele que é o papel que o Partido Socialista teve neste momento histórico, particularmente histórico, da democracia portuguesa e reconhecemos e não podemos deixar de o dizer, o papel que o Partido Socialista teve enquanto principal partido fundador e construtor de uma democracia plural e liberal, como temos hoje em Portugal.

Agora, aquilo que não fazemos é utilizar o 25 de Novembro, como combate, ou como desvalorização à verdadeira data fundadora do nosso regime, que é o 25 de Abril. Portanto, não o fazemos nem queremos com isto criar querelas artificiais entre aqueles que são mais pelo 25 de Novembro ou pelo 25 de Abril, nem usar estas datas que são importantes na história portuguesa, como forma de desmerecer o combate que foi feito pela democracia e o combate que foi feito contra a ditadura e pela implementação de um Estado de Direito democrático em Portugal.

Portanto, para todos os democratas o 25 de Abril é o dia que une os portugueses, independentemente das suas concessões ideológicas, para todos os democratas, e, portanto, a moderação que é reconhecida também a quem fez o 25 de Novembro, é aquela moderação a que se deve apelar nestes momentos procurando aqueles que são os momentos mais importantes e de união dos portugueses. Esse espírito está consagrado no 25 de Abril e, portanto, da mesma forma que nós não reconhecemos da mesma forma todas as datas que foram importantes na construção da portugalidade, aquilo que nos parece é que para assinalar aquele que é o regime democrático em Portugal, o 25 de Abril é de facto a data que nos deve unir e não alinharmos com certeza, nestas tentativas de desvalorização destas datas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por último, relativamente à questão das forças de segurança. Há várias questões que devem ser tidas em conta, desde logo as expressões que são usadas no documento que o Partido CHEGA aqui nos trouxe, relativamente ao comportamento de alguns membros destas forças de segurança. E as expressões que são utilizadas no documento, revelam bem aquilo que pensa o Partido CHRGa sobre a liberdade de expressão, sobre os direitos, sobre as liberdades e garantias da população portuguesa. E desde logo expressões como: “esta campanha deve acabar de imediato”, e coisas parecidas. Não nos revemos nestes atentados aquilo que é a liberdade de os jornalistas fazerem também o seu trabalho. E em segundo lugar é preciso ver do que é que estamos a falar, e aquilo que foi a público, que tem bastante gravidade, passa por alguns comentários de membros das forças de segurança, que se referindo a negros ou políticos de esquerda, se referem à necessidade de começar a limpeza seletiva ou “nove milímetros com fatura.” Ou outro, isto dito por um PSP da Azambuja, da mesma forma que um GNR da Guarda, a dada altura nestes comentários, diz que o que é preciso é chumbo no lombo para estas pessoas ou que outros membros destas forças de segurança, referem-se aos ciganos como uma raça indesejável. Ou ainda mais, na forma como um GNR da Guarda se refere a pessoas homossexuais, dizendo que não têm sentimentos, e como é que se pode falar em educação com estas pessoas. Portanto, há uma dúvida que nós não temos. É que a esmagadora maioria dos homens e das mulheres que fazem parte das forças de segurança, são pessoas de bem e que procuram todos os dias fazer o melhor pelas suas populações, procuram defender o país, defender o estado de direito democrático, defender a nossa segurança.

Agora, também sabemos que a estas pessoas de bem que fazem parte das forças de segurança, que são a esmagadora maioria, também interessa que estas pessoas que têm este tipo de comportamento, que pensam desta forma, que agem desta forma, sejam punidos pelos seus atos, porque de facto, aquilo que estamos a falar é de discurso de incitamento ao ódio, de violência, que são crime e que têm especial gravidade quando se referem a pessoas de etnia, nacionalidade, região, orientação sexual. Portanto, eu perguntaria ou aliás, poderia perguntar o que é que o Partido CHEGA pensa deste tipo de comentários. Mas todos sabemos a forma como o Partido CHEGA vê a democracia, todos sabemos o que é que o partido CHEGA pensa destes comentários, todos sabemos o que é que o Partido CHEGA pensa sobre a democracia e sobre o estado de direito. E, portanto, é por isso mesmo que votamos contra esta proposta, é por isso mesmo que votamos contra todas as propostas que o Partido CHEGA nos traz aqui hoje e é por isso mesmo que com o Partido Socialista não existe normalização do Partido CHEGA, porque sabemos bem aquilo que pensam e sabemos bem a ameaça que são para o estado de direito democrático, para as liberdades e para as garantias. O Partido Socialista não permitirá que estes valores tão importantes sejam postos em causa.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Devo começar a minha intervenção por reforçar que estou aqui perante os almadenses de forma livre e sem amarras, que eu encaro todos os dias os almadenses olhos nos olhos, e que vou cumprir escrupulosamente o programa eleitoral pelo qual eu fui eleito. Portanto, Senhor Presidente, que isto fique bem claro.

Relativamente ao pedido de descida das moções apresentadas pelo CDS, do Zé Pedro do Xutos e Pontapés à Comissão, o CDS quer com certeza que esta moção seja provada, mas quer que haja também um profundo consenso por parte de todas as forças políticas e depois se a Câmara Municipal assim o entender, visto que no momento não colocou em prática a rua ou avenida, mas até podemos tentar perceber, e, portanto, queremos que de forma clara esta moção seja aprovada depois da discussão.

Vai baixar também à Comissão a pedido do PSD o cheque bebé de apoio à natalidade e à maternidade.

Depois muito rapidamente, para dar indicação do sentido de voto.

O CDS vai votar favoravelmente as moções do CHEGA; vai votar favoravelmente a moção do PAN, ainda relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal do PAN relativamente à moção do CDS, eu devo lembrar que, reconhecido também pelas entidades de saúde existe uma coisa que se chama a roda dos alimentos e ao qual estão lá com certeza também, aqueles que são os alimentos essenciais para o ser humano.



Relativamente à moção do PS que tem a ver com a questão das pessoas com deficiência, saudamos também mas relembramos que, há muito por fazer neste mesmo Concelho nomeadamente, aquela que é a criação do espaço público para que estes cidadãos com estes problemas possam também usufruir do melhor espaço. Saudamos também a moção da CDU apresentada sobre a violência contra as mulheres, e também a do Bloco de Esquerda, mas há aqui algumas particularidades ao contrário daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Municipal do PS, não concordamos, e concordamos com os preceitos que são aqui apresentados na moção da CDU.

Não vamos poder acompanhar as moções da CDU e do Bloco de Esquerda relativamente à Palestina, e saudar a moção do Bloco de Esquerda relativamente ao ACES. E

recordar ainda também que se os Deputados Municipais e esta Assembleia Municipal não tem mais informação por parte do CES, é porque sistematicamente o responsável do ACES Almada/Seixal, não dá resposta aqueles que são os pedidos da 5ª Comissão da Assembleia Municipal e, portanto, não entendemos porquê, podemos suspeitar, mas não o vou aqui dizer, mas achamos estranho porque é que não responde a um órgão deliberativo e um órgão autárquico que é a Assembleia Municipal.”

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, deve estar a fazer alguma confusão. O CHEGA defende e defenderá sempre as instituições democráticas do nosso país. E o CHEGA irá sempre repudiar todas e quaisquer atividades que violam a Lei em Portugal. Nós somos é de uma opinião um pouco diferente inclusivamente ao PS, é que o lugar de bandido é na prisão, seja ele policia ou politico.”

6.3.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Querira só dar duas ou três notas e até alguns esclarecimentos relativamente a algumas das moções que foram aqui apresentadas.

Dar nota previamente, porque naturalmente, em Reunião de Câmara Municipal também já aprovamos uma série de moções e recomendações e assinalamos por isso o Dia Internacional Contra a violência feita contra as mulheres, e qui deixo mais uma vez esta nota da necessidade de não nos iludirmos porque a violência é sempre condenável, a violência doméstica é para todos os géneros é sempre condenável, mas nunca nos iludirmos que as mulheres ainda são a grande maioria das vitimas. Não estamos com isso a minimizar nenhuma outra das vitimas, a violência doméstica tem incidências muito graves também, nas pessoas de idade que são muitas vezes silenciadas, nas crianças, ainda hoje saiu um novo estudo sobre a violência sobre as crianças, portanto, não estamos a minimizar, naturalmente também contra homens, uma grande violência em todo o tipo de comunidades, toda a violência que exista é condenável em todas as situações. Dito isto, continuamos a lamentar que a grande maioria destas vitimas sejam em todas as idades também, continuem a ser as mulheres e, portanto, esta luta pelos direitos das mulheres, continua a ser de toda a atualidade e tem de facto, especificidades.

Quero também aproveitar esta minha intervenção para dar nota e saudar naturalmente, todas as forças de segurança do nosso país. As forças de segurança aqui presentes no nosso Concelho e aproveitar este momento, para dar também em nome da Câmara Municipal o nosso profundo agradecimento a toda a ajuda que nos têm dado nestes dois últimos dias. A Margem Norte tem sofrido desgastes com as inundações muito maiores do que nós, mas do primeiro levantamento que fizemos agora, já estamos em cerca de 11.000.000.00E (onze milhões de euros) de danos devido a estas inundações. Portanto, foram incansáveis, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica já o assinalou, em nome da Câmara Municipal eu quero associar-me a todas as suas palavras, não apenas aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, mas a todas as nossas Corporações de Bombeiros, assim como todas as forças de segurança que nos ajudaram nestes dias, naturalmente salientando também o papel da Proteção Civil.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De forma muito breve, relativamente à proposta do Conselho Municipal de Bem-estar Animal, só aproveito para relembrar que foi criada no seio da Comissão Municipal de Proteção Civil, uma subcomissão para o bem-estar animal, que tem em si mesmo graças aos membros que a integram, que poderá ter competências especiais, porque justamente tem lá incluído todas as forças de segurança, pode ter as entidades representantes do Concelho e que funciona regularmente, mas podem ser chamadas e podem ser criadas reuniões extraordinárias sempre que haja motivos para o fazer. Portanto, não estou a minimizar a proposta, aproveito só para relembrar que este mecanismo existe e que funciona e que pode funcionar, é muito recente portanto, ainda tem pouco tempo para mostrar aquilo que pode fazer, mas situações de crise que muitas vezes envolvem propriedade privada, direitos fundamentais, que têm que ser respeitados e que exigem uma grande articulação, estão lá todos os nossos Bombeiros, todas as forças de segurança, o Provedor do Animal e podem estar entidades que são convidadas e até para debater e estabelecer estratégia.

O bem-estar animal foi colocado na Proteção Civil, que é de facto o serviço que salvaguarda o bem-estar também das nossas populações todas e com o estatuto especial que a Proteção Civil lhe confere. Portanto, queria dar esta nota.

Relativamente à questão do cheque bebé aqui também desceu à Comissão, mas dar nota que no âmbito dos apoios excecionais que criamos, temos sempre o cuidado, há sempre um reforço especial para justamente, no caso das famílias mais desfavorecidas e mesmo em situação de crise, este apoio excecional tem sido muito importante o nível das fraldas, do leite, de tudo o que são bens fundamentais para os bebés e não é só para os bebés, ter um filho não é só tê-lo no momento em que o temos, é preciso cria-lo. Portanto, a toda a primeira infância tem sido objeto dos apoios excecionais que criamos durante o COVID, mas também no Almada Cuida, no Almada Próximo, é uma preocupação constante, naturalmente também em função da condição dos recursos das pessoas com é evidente, é em função das necessidades, no grande lema cada um dá o que pode e todos recebem o que precisam. Portanto, isso é importante salientar.

Dar nota também que relativamente a toponímia e de facto é um assunto delicado aqui em Almada por uma simples razão, não é por causa dos nomes, não é o que é que foi aprovado, o que é que não foi aprovado. Temos um regulamento que está claramente desfasado e que estamos a rever neste momento, e sobretudo estamos a propor a criação de uma Comissão para atribuição de toponímia à semelhança aliás, do que acontece noutros Municípios. E, portanto, esta atribuição que neste momento é uma competência que me é única e que eu considero que deve ser sempre algo mais alargado, mais debatido e que à semelhança do que acontece noutros Municípios, é importante criar uma Comissão de toponímia que vai analisar, que vai fazer o seu parecer e que até pode propor essas designações. Quero só dar nota desse facto, não há nenhum tipo de má vontade, pelo contrário, tentamos fazer o histórico das aprovações e levanta-se a questão se vamos pelas mais antigas ou se vamos pelas atuais, como é que fazemos? Independente de estar a alterar o nome de uma rua inteira, temos que alertar, a comunidade tem que estar alerta e tem que concordar com a mesma, porque também implica que as pessoas vão ter que alterar as suas moradas. Isso não é impeditivo, mas é um fator que também temos que ter em conta. Por isso, propomos que haja de facto, um cada vez maior envolvimento e naturalmente, das Juntas.”

7. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 15 de dezembro, pelas 21H15.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Inês de Medeiros, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Débora Rodrigues, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, Helena Azinheira, Mara Rita Martins e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *J. J. C.*

O 1º SECRETÁRIO _____ *Paulo Vieira*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *Ana Paula Silva*

